

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016



Aldo Locatelli, Mural do Conselho Universitário UFRGS, 1958.*

Estado da Arte

Entre os dias 25 e 29 de julho de 2016, o PROPAR-Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o apoio do PROPUR-Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do PPGAU-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado Associado UniRitter/Mackenzie, e com a colaboração do DOCOMOMO Sul, realizará o IV ENANPARQ, encontro bianual promovido pela ANPARQ-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com o tema Estado da Arte, na cidade de Porto Alegre.

Chamada de Trabalhos

Período para submissão: 15 de Março a 10 de Abril de 2016.

O IV ENANPARQ convida os pesquisadores a submeterem resumos para as Sessões Temáticas a seguir listadas. A seleção de trabalhos para as Sessões Temáticas será realizada pelos coordenadores das sessões, a partir dos resumos submetidos, conforme as normas a seguir fixadas. Os trabalhos aprovados para as Sessões Temáticas serão aceitos para publicação e apresentação oral (máximo 5 trabalhos por sessão). Adicionalmente, os coordenadores das sessões deverão selecionar dois trabalhos como suplentes. Os suplentes serão aceitos para publicação em anais.

Os pesquisadores poderão concorrer ao processo seletivo com mais de uma proposta, se assim o desejarem. Porém, o resultado final contemplará apenas um trabalho aceito por pesquisador.

*Dados da imagem: Artistas professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: obras do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Museu da UFRGS, 2002.

As submissões deverão conter:

1. Título do trabalho;
2. Identificação da sessão temática pretendida;
3. Resumo de no máximo 500 palavras, definindo claramente o argumento, sua relevância e expectativa de contribuição para o tema da sessão;
4. Palavras-chave (máximo cinco);
5. Nome, filiação profissional, endereço, telefone, e-mail. Breve curriculum (máximo 200 palavras).

Envio das submissões:

Os resumos serão enviados diretamente aos e-mails dos coordenadores da Sessão Temática pretendida (conforme indicado na descrição da sessão), com cópia para a Comissão Organizadora do IV ENANPARQ (enanparq2016@gmail.com).

Cronograma

15 Novembro – 15 Fevereiro:	Chamada de Sessões;
15 Março:	Notificação de aceitação das sessões;
15 Março – 10 Abril:	Chamada de Trabalhos;
25 Abril:	Notificação de aceitação dos trabalhos;
09 Maio:	Data limite para que os autores confirmem sua participação no evento através do pagamento da inscrição;
30 Maio:	Submissão dos trabalhos completos aos coordenadores das sessões temáticas para revisão e eventuais comentários;
25 Junho:	Submissão da versão final dos trabalhos ao IV ENANPARQ para fins de publicação em anais.

Sessões Temáticas

A arquitetura como construção da cidade brasileira: que ‘agendas’ para o ensino de projeto?

Para ultrapassarmos a persistente dissociação entre conhecimento prático e teórico em nossas escolas, entendemos ser preciso resgatar o sentido do estreito e indispensável vínculo que a própria noção de projeto implica em termos de posicionamento crítico relativamente a um determinado conjunto de valores e ideais.

Nesse sentido, a sessão temática busca reunir contribuições oriundas de pesquisas sobre experiências pedagógicas comprometidas com sistemas de valores utilizados para orientar a ação e a reflexão sobre o projeto e que chamamos aqui de ‘agenda’. Isso envolve reconhecer e tornar explícita a postura de dar precedência a certos aspectos do projeto sobre outros e de privilegiar determinadas qualidades da arquitetura e do ambiente urbano. Uma agenda deve contar com enunciados teóricos e conceitos através dos quais se pode entender e discutir as questões da arquitetura e sua relação com a cidade. Demanda também a definição de referenciais de projeto que sejam coerentes com seu sistema de valores, exemplos através dos quais ensinar e que constituem uma espécie de coleção usada para fazer avançar as posições defendidas. Finalmente, entendemos que uma agenda para o ensino de projeto é constituída por meios didáticos específicos, o que significa não apenas organizar o conhecimento de modo explícito, mas também de eleger problemas de projeto pertinentes e propor procedimentos de concepção coerentes.

Para enfrentar tal desafio, o sessão temática se propõe discutir possíveis agendas para um ensino de projeto concebido em resposta a uma realidade territorial específica, informada pela observação de contextos concretos e condições urbanas reais, dotadas de qualidades espaciais, morfológicas, climáticas,

econômicas, socioculturais. Se trata de prover um contexto ante o qual explorar e debater – através de exercícios práticos de projeto – o potencial da arquitetura de produzir melhoria de qualidade do ambiente construído e do espaço urbano em nossas cidades. Esta premissa está vinculada à postura de pensar a arquitetura como construção de cidade e, inversamente, de considerar o urbanismo a partir dos artefatos concretos, repetidos ou singulares, que conformam os ambientes onde transcorre a vida.

Por estes motivos, elegemos como ponto de partida interpelar a arquitetura que chamamos de ‘elementar’, oriunda do gesto cotidiano de índole informal, que emprega formas básicas combinadas em um sistema formal compatível com os meios construtivos disponíveis e que vem sendo extensamente produzida nos subúrbios anônimos de nossas cidades.

A atitude cognitiva que permite o reconhecimento destas situações e realizações enquanto referências projetuais implica numa desnaturalização dos conceitos de belo ou de feio para aprender com o existente e que nos permite hoje investigar novos fenômenos arquitetônicos e urbanos.

Do ponto de vista da agenda de ensino, a ambição é a de atender de modo inteligente e sensível às necessidades fundamentais da vida que transcorre na cidade, colocando a arquitetura mais como uma espécie de facilitadora das dinâmicas cotidianas e menos como uma protagonista na constituição visual do ambiente urbano. A ideia é que o ordinário, o trivial, o banal adquiram assim a condição de referência para a concepção da forma e do espaço arquitetônico sem prejuízo de suas demais dimensões.

Coordenadores da sessão: Guilherme Lassance, Universidade Federal do Rio de Janeiro (guilherme.lassance@fau.ufrj.br), e Pedro Engel, Universidade Federal do Rio de Janeiro (pedroengel@terra.com.br).

A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura

Habilidade humana e que nos diferencia de outras espécies, a criatividade é atualmente incentivada nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo genericamente compreendida como a capacidade/disposição (individual ou coletiva) para propor soluções inovadoras a fim de solucionar questões inusitadas ou para problemas cotidianos. A literatura nesse campo ressalta a participação ativa do ambiente físico e social no desenvolvimento da criatividade, transformando o potencial criativo das pessoas em um produto concreto, qualquer que seja sua natureza. Nesse sentido, a educação tem sido apontada como uma importante base para o trabalho criativo, pois possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas essenciais ao entendimento dos problemas e à manipulação de informações essenciais ao seu enfrentamento.

Especificamente no âmbito da educação superior, a literatura sinaliza ser fundamental que as universidades se voltem para a preparação de profissionais que atuem criativamente, integrando um profundo conhecimento técnico na sua área e em áreas afins às crescentes exigências sociais, ambientais e econômicas da contemporaneidade.

No campo de projeto de arquitetura, a criatividade é considerada um importante requisito, uma vez que os problemas emergentes devem ser enfrentados por meio da proposição de soluções cada vez mais inovadoras e qualificadas. Assim, como a elaboração de projetos de arquitetura exige formação superior, entende-se que a atividade criativa deveria ser incentivada/desenvolvida/aprimorada nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo (AU).

Com base nesta compreensão, essa sessão visa discutir como o tema criatividade tem sido trabalhado nos cursos de AU brasileiros, voltando-se especialmente para experiências acadêmicas realizadas pelos professores a fim de fomentar a criatividade discente. Como os docentes inserem a criatividade nas disciplinas de projeto arquitetônico? Que estratégias pedagógicas utilizam? Como essas experiências se refletem no processo projetual? Que tipo de resultado é obtido e em que ele difere daquele proveniente de práticas anteriores?

Espera-se que, além de relatar experiências didáticas inovadoras no campo da concepção do projeto arquitetônico, os interessados em participar da sessão (que enviarão papers direcionados a esta proposta) contribuam com uma reflexão teórica e crítica sobre: (i) os resultados obtidos e sua possível replicação em outros contextos; (ii) o papel da criatividade na formação graduada em AU; (iii) como a atividade criativa é

fomentada nas escolas brasileiras de AU. Acredita-se que o debate gerado a partir destes relatos poderá constituir importante contribuição para a pesquisa e prática no campo do projeto arquitetônico em nossa realidade.

Coordenadoras da sessão: Gleice Azambuja Elali, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (gleiceae@gmail.com), e Máisa Veloso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (maisaveloso@gmail.com).

A ronda dos lugares

Bem de acordo com a chamada para a quarta edição do ENANPARQ, é este o título de nosso projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq para concessão de bolsa de produtividade, em vigência até março de 2016. Entre outras produções o projeto permite estruturar o Grupo de Pesquisa “Percepção ambiental e Desenho urbano”, que vem consolidando diretrizes sobre as duas importantes temáticas, centrando-se nas contribuições sobre como o estudo de lugar pode ampliar e aprofundar os saberes disciplinares das duas áreas quanto a avanços no pensamento e nas fabricações arquitetônico-urbanísticas da contemporaneidade.

A diversidade das abordagens reflete uma ampla gama de estudos sobre lugares em suas variadas manifestações e muitas de suas correlações cognatas, como: urbanidade; lugares de urbanidade; convivialidade; revitalização de áreas desocupadas; projeto de lugar; interpenetrações entre espaços de uso público e privado; alternativas das meta-realidades; enfim, fazendo com que, em seu conjunto, se possa situar “lugar” como o fundamento de todo um novo objeto de pesquisa. E trazendo à luz, por força de consequência, os esforços do grupo a acompanhar o movimentado processo de atualização que o conceito de lugar experimenta vis-à-vis às profundas alterações vividas no processo de urbanização da Humanidade.

À espreita de abordagens que sinalizem novos rumos para o entendimento de lugar, a sessão temática assume o desafio de seguir o mesmo encaixe metodológico adotado na pesquisa, acompanhando três vertentes instruídas por procedimentos que funcionam simultaneamente: Exploratório; Experiencial; Cognitivo.

Na vertente exploratória incluem-se os trabalhos concentrados em levantamentos e discussões sobre tópicos inovadores identificados com o conceito de lugar. São exemplares nesse caso, trabalhos que se debruçam sobre temas de natureza propositiva como, por exemplo, os projetos de reutilização de “brownfields” e de áreas esvaziadas como novos lugares, (re)conhecidos por viabilizarem a realização de práticas vitoriosas quanto à revitalização do espaço urbano, seja nos domínios cada vez mais interpenetrados dos espaços públicos e privados; seja provendo para a sustentabilidade do ambiente urbanizado, agindo proativamente pela contenção do insustentável “urban-sprawling” das cidades.

O enfoque experiencial, por sua vez, abre espaço a análises preocupadas em consolidar apontamentos que ilustrem registros sensoriais adquiridos em visitas in situ a projetos e obras representativas de lugares urbanos, privilegiando, neste caso, trabalhos de natureza compiladora, como, por exemplo, apontamentos sobre a percepção das apropriações de territórios conhecidos como “loose spaces” na literatura. O procedimento é decisivo não somente para afastar riscos de estagnação ou congelamento dos pensamentos ativos na pesquisa senão, também, para aumentar substantivamente o quantum de aprendizado direto que estratégicas visitas técnicas (e, mesmo, turísticas) são capazes de proporcionar sobre o cotidiano das cidades.

Já o enfoque cognitivo deve perquirir sobre novas fenomenologias da contemporaneidade associadas às tecnologias de ruptura praticadas constantemente no cotidiano da vida urbana, traduzindo-se, no final, pela inquietante preocupação com a necessária retroalimentação filosófica das bases teórico-conceituais de lugar. Traz à pauta de discussões a manutenção de seu conteúdo basilar apropriadamente moderno e suficientemente aberto, a ponto de admitir até mesmo a polêmica inclusão de estratégicas situações que se sobrepõem aos “places” mais consolidados, o quê, na pesquisa, aventou-se chamar de “placeLeaks”.

Coordenador da sessão: Lineu Castello, UniRitter-Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (lincastello@terra.com.br).

Água e ambiente construído

Atualmente no Brasil a pressão sobre os recursos hídricos é um produto do crescimento populacional e econômico, expresso em altos índices de expansão urbana e poluição das águas, como, também, em grandes áreas desmatadas para produção agropecuária. Com as alterações climáticas, estes impactos geram crescentes episódios de inundações e secas intensas, afetando tanto a quantidade como a qualidade de água doce disponível no país.

Segundo estudos desenvolvidos pelo Goddard Space Flight Center da NASA, publicado em outubro de 2015, a quantidade de água nas regiões Sudeste e Nordeste do país diminuiu significativamente entre 2012 e 2015. Houve variações do armazenamento total de água no Brasil, das águas superficiais como, rios, lagos e reservatórios, às subterrâneas, como aquíferos e a umidade do solo.

Desde 2012, uma gradativa e intensa redução nos índices de chuva prejudicou a oferta de água para abastecimento público, irrigação e geração de energia elétrica. Estes fatores, aliados a uma gestão hídrica baseada na oferta de água, estimula o consumo e o desperdício nos usos múltiplos da água. À medida que a demanda por água aumenta, novas fontes de água são exploradas.

Mesmo possuindo estreita ligação com o desenho urbano e seus padrões de uso e ocupação do solo, as ações de saneamento ambiental no Brasil seguem a lógica do atendimento às demandas emergenciais, com ações desconectadas de outros estudos tais como: morfologia urbana, tipos edifícios e sua relação com renda e o consumo de água, heterogeneidade espacial da paisagem, capacidade dos ecossistemas aquáticos e terrestres, saúde ecossistêmica, entre outros.

Neste contexto, a sessão temática Água & Ambiente Construído tem como objetivo fazer conexões necessárias por meio de uma visão mais sistêmica, para, assim, contribuir com novos estudos na direção da gestão integrada das águas urbanas e da manutenção do ciclo da água no meio urbano na bacia hidrográfica. Pretende-se discutir questões hídricas atuais e apresentar possíveis soluções para o ambiente construído com avaliação de ações e propostas, considerando seus aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e ambientais. A sessão busca promover a troca de experiências e conhecimentos dentro dos temas relacionados a: i) Ciclo da Água & Padrões Espaciais Urbanos, ii) Tecnologias & Sistemas Hidráulicos; iii) Planejamento & Gestão; e iv) Água & Sociedade.

O tema Ciclo da Água & Padrões Espaciais Urbanos busca compreender os fluxos de água nas diversas escalas e seus padrões espaciais, com estudos sobre infraestrutura ecológica e diagnósticos de desempenho ambiental de diferentes sistemas hídricos envolvidos. Em busca da eficiência e qualidade no saneamento ambiental, o segundo tema abre o caminho para a análise de desempenho e aplicabilidade de diferentes Tecnologias e Sistemas Hidráulicos dentro das múltiplas escalas do ambiente construído. Já Planejamento & Gestão tem como objetivo apresentar e discutir possíveis soluções por meio de instrumentos de planejamento estratégico, políticas públicas e ferramentas de tomada de decisões e de gestão integrada voltada à preservação e conservação de água. Por último, Água & Sociedade abre o caminho para a apresentação de atividades de extensão em conjunto com comunidades, nas múltiplas dimensões sociais da água.

Coordenadores da sessão: Daniel Richard Sant'Ana, Universidade de Brasília (dsantana@unb.br), e Liza Maria Souza de Andrade, Universidade de Brasília (lizamsa@gmail.com).

Arquitetura (e) ética

O Movimento Moderno é uma referência na questão ética da arquitetura ao longo da história da arquitetura, em dois momentos, um desses acontece na primeira metade do século XX com as proposições urbanísticas e as políticas dos grandes conjuntos habitacionais para as camadas sociais mais desfavorecidas; na segunda metade do século XX, essa política dá segmento e se abre também ao papel social do arquiteto como intelectual orgânico, ativador desses processos junto a essas comunidades. Em termos acadêmicos, a disciplina da ética está situada, normalmente, no final do curso quase como uma disciplina terciária, nela se tratam basicamente da prática profissional e legislação do trabalho, sempre associada subjetivamente à ideia de escritório comercial. Ética resta mesmo só a palavra, permeia o discurso quase sempre a questão

da criação – arquiteto demiúrgico-, o direito autoral e o plágio. Distintamente, a ética que aqui propomos tratar é a ética da alteridade, do outro, do diferente, proposta a partir das ideias do filósofo Jacques Derrida e Emmanuel Levinas que trazem uma discussão que denominamos ‘no desvio’ sobre o direito à moradia e a cidade, que são direitos básicos, incluindo aqueles que nunca tiveram e provavelmente nunca terão, pois estão fora das políticas habitacionais, estão fora dos discursos arquitetônicos. Trazer a discussão da arquitetura sob a perspectiva da ética derridiana e levinasiana é então de grande importância.

A ética proposta por Derrida é a do acolhimento-hospitalidade, dar acolhida ao outro, incorporá-lo aos discursos, revelando novos horizontes para a arquitetura, trabalhando com as diferenças, e recolocando a dimensão ética como sentido da existência e da arquitetura. Hoje, nossas cidades estão concebidas e organizadas através da segregação, separando grupos e classes sociais, agrupando e afastando as diferenças através dos mais requintados artifícios projetuais. O abandono é uma dessas formas de afastamento. A organização que caracteriza a cidade formal é basicamente a segregação espacial, através da definição de usos do solo. No entanto, a cada dia mais nossos lugares em vez de se abrirem para os outros, de se prepararem para receber os outros, serem hospitaleiros, fecham-se em verdadeiros campos de reclusão, os quais necessitam de senhas, logins, e ids e minados de câmeras para entrar. A hospitalidade fica ameaçada numa cidade em que um grande número de pessoas não tem moradia, ou vivem em condições extremas de miserabilidade, e todas as portas que se poderiam abrir estão fechadas, principalmente as portas das políticas públicas de habitação popular.

Essa sessão temática tem por objetivo reunir propostas que tenham a ética da alteridade por questão norteadora, carregando temas indissociáveis como: hospitalidade-acolhimento, Derrida, a profissão de arquiteto, prática profissional, Movimento Moderno e as políticas habitacionais, ética x estética x poética, entre outros.

Coordenadores da sessão: Fernando Freitas Fuão, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (fuao@ufrgs.br), e Dirce Eleonora Nigro Solis, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (dssolis@gmail.com).

Arquitetura assistencial e saúde: discutindo concepções e protagonistas

Inscrita no corpo das investigações sobre a arquitetura da saúde, a definição conceitual e de concepções da Arquitetura, cumprindo o papel de ‘auxílio’ proposto sob o signo da caridade, da filantropia e da assistência, constitui o cerne desta sessão de discussão. Propõe-se destacar o projeto de arquitetura, considerando o entrelaçamento desses dois campos de saber: arquitetura e saúde, na trajetória histórica da instituição hospitalar, seja em aspectos físico-funcionais, estéticos, médico-científicos, tecnológicos, geográficos, socioculturais, políticos ou econômicos. Cumpre ainda compreender a Arquitetura assistencial no contexto de seus financiadores e projetistas, sejam eles monarcas, arquitetos, médicos, mecenas, filantropos ou instituições, acentuando os trânsitos entre Brasil e Portugal, nos séculos XIX e XX e o diálogo com pesquisadores de outros domínios territoriais. Esta sessão faz parte do Grupo de pesquisa “Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural”, registrado no Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq (Brasil), integrando pesquisadores da Universidade Federal do Pará e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e busca dar continuidade ao Colóquio Internacional Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade: espaços, funções e protagonistas, realizado em novembro de 2015 em Lisboa, em cooperação entre a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Lisboa e a Universidade Lusíada, integrando neste painel a Universidade Federal de Alagoas. No âmbito das pesquisas realizadas por esse Grupo, as investigações sobre a arquitetura da saúde ampliaram-se, ganhando novos contornos com o diálogo interinstitucional, no Brasil e Além-Mar, abrangendo a assistência à saúde da população de um modo geral e suas especificidades como a institucionalização da assistência à saúde do trabalhador. Soma-se a isso a visão necessária aos objetivos das instalações físicas que constituem sua materialidade e que o arquiteto tem como ação básica estabelecer ordenação estética e técnica e aplicar esses conceitos às diferentes necessidades e interesses dos grupos sociais alvos.

Coordenador da sessão: Cybelle Salvador Miranda, Universidade Federal do Pará (cybelle1974@hotmail.com), e Marcia Rocha Monteiro, Universidade Federal de Alagoas (mrmonte@hotmail.com).

Arquitetura, gênero e sexualidade

Desde a década de 1970, o lugar das mulheres na história social vem sendo reavaliado a partir de múltiplos focos de atenção, metodologias e linhas de interpretação. Em grande parte marcados pelo influxo do feminismo no âmbito acadêmico, esses estudos abriram uma importante perspectiva de gênero, voltada à desconstrução das relações socialmente construídas entre os sexos e de poderosos símbolos culturais e conceitos normativos acerca do masculino e do feminino. Tal perspectiva teria impactos apreciáveis também no campo da arquitetura e do urbanismo, podendo-se localizar, principalmente a partir dos anos 1980, uma nova safra de trabalhos, principalmente em torno da habitação e da arquitetura doméstica. Produzidos inicialmente por historiadores e cientistas sociais, e pouco depois por historiadores da arquitetura, eles mesmos em geral mulheres, tais trabalhos incidiram sobre formulações de gênero na base de noções como domesticidade e esfera feminina, mas também sobre direitos sexuais e esfera pública, logo revelando as fissuras e insuficiências das representações universais mais recorrentes na história da arquitetura, da cidade e do urbanismo. Eles não apenas permitiram a revisão do papel de personagens até então pouco considerados nesta chave, senão inteiramente ignorados pela historiografia especializada, como reformadoras sociais arquitetas, engenheiras e urbanistas, mas ampliaram enormemente as possibilidades temáticas no campo, focalizando, entre outros, as relações entre profissionais, clientelas e usuários, os olhares e práticas de gênero no espaço, os conflitos em torno das relações entre vida individual, familiar e social, as divisões sexuais do espaço, os territórios masculinos e femininos, de pais e filhos, patrões e empregados em seu interior, bem como noções centrais à disciplina como racionalidade, conforto, higiene, prazer, intimidade, sociabilidade etc.

Passadas mais de quatro décadas de estudos nesta chave, já se pode falar de uma perspectiva de análise plenamente estabelecida, com desdobramentos relevantes para a crítica da disciplina em sua fundamentação logocêntrica, eminentemente masculina. Pode-se reconhecer por outro lado nessa matriz de estudos, o influxo de novas entradas e revisões teórico-metodológicas mais recentes, particularmente alinhadas às apropriações da psicanálise, da história da sexualidade e da vida privada e dos estudos quer em nosso campo. No Brasil, contudo, apesar de prolífica na historiografia social mais ampla e nas ciências sociais, tais perspectivas são ainda incipientes na arquitetura e no urbanismo. Tributários de investimentos mais antigos em trabalhos sobre condições de vida, condições de moradia, família e movimentos de mulheres, eles ainda parecem altamente dispersos.

A presente proposta temática visa reagir à escassez de pesquisas, fóruns e publicações a respeito do tema no país, contribuindo para a aglutinação dos trabalhos em andamento. Ancora-se na experiência recente de um simpósio interdisciplinar sobre “Domesticidade, Gênero e Cultura Material”, organizado em parceria com as colegas Silvana Rubino (Unicamp), Joana Mello (FAU-USP) e Flavia Britto (FAU-USP), junto ao Centro de Preservação Cultural da USP em 2014, que foi capaz de congrega trabalhos de excelente qualidade no tópico, revelando-se extremamente fecundo. Desta forma, a Sessão Temática pretende reunir pesquisas variadas que permitam aprofundar e ampliar o arco metodológico disponível nesse âmbito, partindo de recortes temporais, espaciais, sociais e profissionais diversos, e aglutinando-os em torno de três grandes eixos de investigação:

1. Domesticidade, conforto, intimidade e sociabilidade: entre práticas e representações;
2. Relações de gênero e subjetividade na produção e apropriação da arquitetura e da cidade;
3. Corpo, sexualidade e erotismo na história da arquitetura e do urbanismo.

Coordenador da sessão: José Tavares Correia de Lira, Universidade de São Paulo (joselira@usp.br).

Carlos Nelson Ferreira dos Santos: pensamento e referências

O intuito da proposta é divulgar e ampliar o conhecimento sobre o trabalho realizado pelo Arquiteto Urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, ex-Professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo - EAU da Universidade Federal Fluminense - UFF e Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, entre a década de 1960 e o final dos anos 1980, época de seu falecimento.

O objetivo da Sessão é retomar o avanço dos debates sobre sua obra, com eventos em curso desde 2010, o que envolveu simpósio, produção de vídeos, publicação de livro, com apoio da CAPES, o que proporcionou o registro de depoimentos de profissionais que trabalharam com o docente, além de pesquisa, com levantamento de seus escritos, com suporte financeiro dado pela FAPERJ, com todos os eventos sediados na EAU/UFF.

O propósito da temática é promover novas discussões, procurando propiciar atualizadas interpretações sobre sua obra, e acompanhar a demanda por informações, o que muito tem crescido nos últimos anos, inclusive junto a novos coletivos de professores e alunos, objeto de interesse em pesquisas e exposições, além de destaques em correntes citações de seu pensamento em encontros acadêmico-científicos.

Também pretende-se divulgar o produto da parceria estabelecida entre o Grupo de Pesquisa Transformação, intervenção e gestão do território - TIGT/PPGAU/UFF e o Centro de Investigação de Arquitetura, Urbanismo e Design – CIAUD/Universidade de Lisboa, que culminou no colóquio em Lisboa, em 2014, quando as ideias e relação profissional entre Carlos Nelson e Nuno Portas foram expostas e debatidas. A próxima empreitada rumou para juntar depoimentos de antropólogos e sociólogos brasileiros.

Assim, estima-se para a Sessão a consolidação de trabalhos, com a efetivação de debates e a apresentação de pesquisas dentro da temática, com vistas a dar abertura a novos coletivos sobre a obra do profissional, na perspectiva da continuidade no intercâmbio entre pesquisadores, com incorporação de profissionais em formação e da comunidade acadêmica em geral, sobre a obra de Carlos Nelson, que tanto influenciou gerações de arquitetos, urbanistas e cientistas sociais da área.

Coordenadora da sessão: Maria de Lourdes Pinto Machado Costa, Universidade Federal Fluminense (mariadelourdespmcosta@gmail.com).

Cidades litorâneas: turismo, produção do espaço e segregação socioespacial

Com mais de 7 mil km de litoral, o Brasil possui 275 municípios litorâneos e dentre estes, algumas importantes capitais e suas regiões metropolitanas. Se a interface com o mar trouxe num primeiro momento as vantagens da exploração dos recursos marinhos e o favorecimento da circulação de mercadorias intercontinentais através de seus portos, a partir da segunda metade do século XX, observa-se a apropriação da beira-mar pelas atividades de turismo e lazer. É nesse contexto que núcleos urbanos menores, próximos às capitais, têm assistido a uma ocupação intensa da costa, primeiramente por residências de veraneio e mais recentemente por resorts e empreendimentos turísticos imobiliários, configurando-se em alguns casos, em bairros ou cidades planejadas. Contudo, essa urbanização turística avança de forma efetiva e se apropria dos espaços naturais e construídos mais valorizados e tende a gerar conflitos com a população autóctone cuja mobilidade e ocupação fica restrita aos resíduos da cidade formal.

Nesse ínterim, essa sessão tem por objetivo discutir como os núcleos urbanos litorâneos (de metrópoles a localidades ou bairros) tem lidado com a questão (potencialidades e contradições) do turismo na produção e consumo dos espaços à beira-mar. São bem-vindos artigos que possam contribuir para o diálogo ou debate com os seguintes questionamentos:

Quais os desdobramentos socioespaciais (políticas, processos, dinâmicas urbanas, planos e projetos urbanos e arquitetônicos) suscitados pelo turismo nos núcleos urbanos litorâneos brasileiros e quais suas especificidades? Em que medida a atividade turística repercute na distribuição de renda da população residente e no processo de segregação socioespacial?

Como o Estado nas suas mais variadas instâncias tem articulado os instrumentos legais (legislação ambiental, planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, código de posturas, planos de turismo, etc.) à produção dos espaços de lazer e turístico litorâneos com vistas a contemplar a instalação de equipamentos para tal fim?

Como se opera a gestão e intervenção das áreas pertencentes ao Patrimônio da União? Existe uma oferta turística à frente da demanda? Como tem se dado a ocupação e apropriação do espaço pela hotelaria, resorts

e empreendimentos turísticos imobiliários nos núcleos urbanos litorâneos? Qual a participação do capital local, nacional e internacional nesses empreendimentos? Como se verifica o processo de gentrificação em áreas de intervenção e interesse turístico?

Enfim, a sessão acolhe propostas que apresentem uma perspectiva crítica acerca das seguintes dinâmicas verificados em núcleos urbanos litorâneos: turismo e produção do espaço em áreas litorâneas; turismo e segregação socioespacial; urbanização turística, empreendimentos turísticos imobiliários e gentrificação; políticas de turismo e território; turismo e legislação ambiental.

Coordenadores da sessão: Cristina Pereira de Araujo, Universidade Federal de Pernambuco (crisaraujo.edu@gmail.com), e Ricardo Paiva, Universidade Federal do Ceará (paiva_ricardo@yahoo.com.br).

Cidades novas: preservação do patrimônio e desenvolvimento regional

No território brasileiro, assim como em todo o continente americano, manifesta-se o fenômeno da criação de novas cidades. E um primeiro momento, como consequência do processo de emancipação colonial e, no segundo momento, como forma de modernização das nações, via urbanização do território desocupado. Neste contexto inserem-se Washington, nos Estados Unidos da América (1875); La Plata, na Argentina (1882); Belo Horizonte (1901), Goiânia (1935) e Brasília (1960), no Brasil; Cidade Sahagún, no México (1954); Cidade Guayana, na Venezuela (1961); e Palmas, no estado do Tocantins (1989). Agregam-se a estas, outras ações expressivas, mas menos conhecidas, como o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças (1909) de Campo Grande, que reestruturou o traçado da cidade com base no urbanismo moderno; o loteamento de três mil e seiscentos hectares como área suburbana, na cidade de Três Lagoas (1921) e a construção da cidade de Angélica (1963), todas no estado do Mato Grosso do Sul; e ainda as cidades construídas no Norte do Paraná: Maringá (1945-47), Jussara (1951), Pérola e Ivaiporã (1953), Ivate (1958), Tamboara e Esperança (1960).

Em sua maioria, estas cidades foram criadas na primeira metade do século XX, compondo uma sucessão de exemplares idealizados como expressão de modernidade no interior do país. Algumas delas, em um momento em que a arquitetura e o urbanismo modernos de vertente racional-funcionalista, já se apresentavam como símbolo do Estado. Outras, porém, foram concebidas antes da consolidação do pensamento racionalista no urbanismo, quando a tradição europeia de embelezamento e ordenamento urbano Beaux-Arts, ainda era parâmetro no traçado das cidades.

Independente do traçado, do padrão de tecido urbano ou da relação com o suporte físico natural, estas cidades possuíam uma mesma essência: construir urbes inovadoras e dinâmicas dentro de seus respectivos contextos; que pudessem compor um novo território de ocupação e modernização do país. De um modo geral, elas caracterizam-se pelo planejamento e implantação fora de áreas urbanizadas, almejando o desenvolvimento de regiões pioneiras, por razões políticas de interiorização.

Fruto de processos distintos; de conjunturas, contextos e interesses diversos; tais cidades tornaram-se verdadeiros campos de experimentação em um jovem país em crescente transformação. Práticas que buscavam além de tudo, uma melhor qualidade de vida a seus habitantes. Hoje, estas cidades – “ex-novas” – devem ser estudadas, analisadas, criticadas e repensadas, uma vez que são produto expressivo de um determinado momento da história da arquitetura e do urbanismo.

O foco dessa sessão é discutir como elas cresceram e hoje lidam com seu patrimônio seja ele urbano, natural ou edificado; se transcenderam os objetivos básicos que impulsionaram sua existência, sejam eles políticos ou econômicos; e que papel assumem hoje em relação ao desenvolvimento urbano regional. Como estas cidades, periféricas aos grandes centros, expandiram seus limites e modificaram sua paisagem? Até que ponto assumiram a tendência antropofágica modernizante, de auto-renovação constante que não valoriza a história? Até que ponto conseguiram se recriar como patrimônio cultural de tradição moderna? Que caminhos apontam estas cidades? Em que direção planejam o seu futuro?

Coordenador da sessão: Eline Maria Moura Pereira Caixeta, Universidade Federal de Goiás (emmpcaixeta@gmail.com), e Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (angelomv@uol.com.br).

Composição arquitetônica: mutações, confluências, limites

Em O jardim de veredas que se bifurcam, Jorge Luis Borges concebe uma multiplicidade de tempos que se desdobram em paralelo, assim como coexistem, no percurso da concepção arquitetônica, possíveis caminhos que se abrem lado a lado, propondo constantemente, a quem os percorre, o dilema da escolha. No conto de Borges, o protagonista vê-se na plataforma de uma estação de trem e recebe a instrução de percorrê-la tomando mecanicamente, a cada bifurcação, o caminho à esquerda. A obediência a esta regra o conduzirá à seu objetivo. No entanto, o que o espera é um caleidoscópio de tempos cujas facetas rompem a aparente linearidade do percurso e anulam o poder orientador da prescrição. Esta narrativa pode ser transposta ao andamento da composição arquitetônica, onde a multiplicação de trajetórias igualmente possíveis deixa em aberto o ponto de chegada, por mais que o arquiteto se esforce em seguir algum caminho predeterminado. Neste cenário, o fechamento da composição depende de uma decisão judiciosa que se dá no próprio exercício do projeto, em um momento que se revela na prática, com a adoção final de uma configuração escolhida entre outras tantas, isto é, de um partido arquitetônico animado por uma intencionalidade. Ou então, na falta de conteúdo propositivo, a concepção arquitetônica se subordina, bem ou mal, a algum desfecho arbitrário.

Tendo como pano de fundo as indeterminações da concepção arquitetônica, interessa a esta sessão temática discutir as mutações sofridas pela noção de composição elementar, entre seu surgimento no projeto neoclássico de Durand (onde a adoção redutora de regras ditadas pelo manejo das ordens e dos tipos legados pelo classicismo oferecia certezas hoje esquecidas), e suas reinterpretações no âmbito do projeto modernista (incorporando novos significados e inaugurando práticas desafiadoras da tradição acadêmica).

Neste contexto crítico, combinando usos convencionais e inovadores do termo, a Sessão proposta ambiciona investigar o “estado da arte” da questão agora, em sua contemporaneidade.

Como reconhecer possibilidades de mutação de modelos preestabelecidos em novos procedimentos compositivos? Como delimitar um “ponto de mutação” que mantenha reconhecível, na prática, a composição como técnica configuradora da concepção arquitetônica, abrindo-a, simultaneamente, à invenção de novos contextos e territórios da produção edilícia? A busca de respostas a estas indagações descortina novas fronteiras de investigação projetual.

Assim como a confluência com a ficção literária nos serve de inspiração, na medida em que a própria trama da narrativa também resulta de um percurso similar àquele que o personagem de Borges percorre, este simpósio pretende discutir outras confluências possíveis entre as mais diversas manifestações do fazer artístico e a composição arquitetônica, mapeando limites imprecisos, que se refazem constantemente. Sobretudo, pretende-se detectar interesses comuns, identificar especificidades e explorar generalizações desses fazeres a modos de operar ativos na concepção arquitetônica. Nesta discussão, espera-se adensar o corpo crítico que instiga a construção de uma teoria do projeto, diante dos caminhos multiformes trilhados pela prática atual da arquitetura.

Coordenadores da sessão: Maria Paula Piazza Recena, UniRitter-Universidade Presbiteriana Mackenzie (mariapaulapiazzarecena@gmail.com), e Rogério de Castro Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e UniRitter-Universidade Presbiteriana Mackenzie (rco@ufrgs.br; rogerio_castro@uniritter.edu.br).

Definições e especificidades da arquitetura no debate teórico nacional

Esta sessão procura rever a transformação e as bases da construção da noção de autonomia e de especificidade no campo arquitetônico. A questão da autonomia foi introduzida na busca pela origem do conhecimento durante o Iluminismo e especialmente a partir de Immanuel Kant. O tema da especificidade nas artes foi introduzido por Gottfried Lessing em Laocoonte (1766) e retomado sobretudo pela crítica modernista norte-americana nos escritos de Clement Greenberg (Rumo ao Novo Laocoonte, 1940; e Pintura Modernista, 1960) e de seus seguidores. Rosalind Krauss (A escultura no campo ampliado, 1984) relacionou a escultura à outros meios artísticos, incluindo-se paisagismo e arquitetura, em estudo que também se tornou referencial. Mais recentemente, Hal Foster (O complexo arte-arquitetura, 2011) debate as complexas relações estéticas e trocas entre estes dois campos, temática que vem sendo bastante estudada no Brasil,

ainda que o foco não seja sobre a produção aqui realizada.

No campo da arquitetura, o debate sobre a autonomia não foi tão diretamente abordado como no campo das artes visuais, embora estivesse presente em momentos. A partir dos anos 1940, a historiografia moderna consagrou o espaço como protagonista da arquitetura. Sigfried Giedion (*Espaço, Tempo e Arquitetura*, 1941), Bruno Zevi (*Saber ver a arquitetura*, 1948) e Giulio Carlo Argan (*O conceito do espaço arquitetônico*, 1961) elaboraram versões do conceito e da historicidade do espaço, a justificar aquelas já defendidas pelos arquitetos modernos. Nas décadas seguintes, o conceito de espaço foi ampliado, sobretudo a partir da abordagem fenomenológica, e ganhou caráter mais concreto, psicológico e social. Estudos como os de Collin Rowe, Aldo Rossi e Kevin Lynch, entre outros, redirecionaram o foco para o estudo do espaço urbano.

Nos fins dos anos 1980, a crítica à “arquitetura de papel” pós-modernista foi feita por teóricos que defendiam o retorno aos problemas da materialidade arquitetônica tratada no século XIX, sobretudo por Gottfried Semper, entre outros. Kenneth Frampton (*Studies in Tectonic culture*, 1995) e Marco Frascari lideraram a retomada aos princípios da materialização como base do processo projetual e afastaram a disciplina dos problemas das formulações exclusivamente artísticas ou da reflexão sobre a história. Mais recentemente, Anthony Vidler (*Arquitetura no campo ampliado*, 2005), reexamina a questão da autonomia e da especificidade da arquitetura, situando-a em relação ao debate da crítica de arte. Vidler conclui que a pluralidade de premissas do campo atual viabiliza-se pelo emprego de diagramas como processo projetual.

Esta sessão propõe uma revisão historiográfica e crítica sobre a definição das especificidades da Arquitetura, enfocando o debate nacional no século passado. Como objetivo mais amplo, trata-se de tentar compreender a relação da produção teórica nacional com o debate internacional, procurando transcender a formulação de que não há produção teórica no país, devido à escassez de publicações e à recusa de muitos arquitetos modernos à retórica.

Propõe-se como recorte específico, que se examine o problema da definição de Arquitetura, através dos escritos de críticos, historiadores e arquitetos no Brasil. Debater a especificidade do campo implica em definir os limites das nossas práticas e da própria disciplina, através da busca da sua essência.

Sugere-se estudar as especificidades da Arquitetura através das definições e dos conceitos de: espaço, forma, materialidade (tectônica) e função. Trata-se de compreender a formulação dos conceitos por arquitetos no Brasil no século XX, situando-a nos contextos culturais de geração.

Coordenadora da sessão: Maria Cristina Cabral, Universidade Federal do Rio de Janeiro (mariacristinacabral3@gmail.com).

Ecologia urbana: o custo das decisões ambientais

Objetiva-se trazer ao debate as diversas pesquisas que envolvem o conceito de ecologia urbana, em sua significância multidisciplinar. A proposta precípua é ampliar o sentido de “custo” e inseri-lo no contexto das “decisões ambientais nas cidades”, a partir da ideia de “custo das decisões arquitetônicas” (Mascaró, 1985). Deve-se salientar que a expressão “custo” possui acepções que compreendem: ter valor ou importância; exigir esforço; tardar; ser penoso etc. Todas as definições aplicáveis ao tema proposto, face à importância e ao atraso em relação às perspectivas ambientais urbanas.

Em 1985, Juan Mascaró foi autor de uma publicação chamada “O Custo das Decisões Arquitetônicas”, dedicada principalmente à racionalização de projeto, com ênfase nos aspectos econômicos da construção. O objetivo do estudo era “aumentar em quantidade e qualidade as informações que o arquiteto disp[oria] como base para suas decisões de projeto”. Este é o ponto de partida que motiva esta proposta de sessão. Porém, com pertinência não tão somente ao universo da arquitetura, mas sob a perspectiva dos ecossistemas urbanos.

Pode-se considerar que a consciência em relação à complexidade da ecologia urbana sugere a ampliação (qualitativa) dos conteúdos e práticas atuais. As bases formuladas para a nascente ideia de sustentabilidade, em 1987, em *Our Common World*, foram fundamentais para balizar novos caminhos para o equilíbrio global, mas a complexidade e a multidisciplinaridade crescentes do conceito demandam alguns aprofundamentos

teóricos específicos e sistêmicos. O planeta, predominantemente urbano desde a última década, se confronta com problemas de ordem ambiental cada vez mais graves. Assim, suplantada uma fase excessivamente funcionalista e normativa (de códigos e zoneamentos), o planejamento e o projeto urbano têm diante de si (in)definições que os obriga a questionar qual é “O Custo das Decisões Ambientais”.

A ideia de sustentabilidade, portanto, consolidou-se como a base de um processo cultural, com a consciência (ou premissa) de contínuo desenvolvimento. Engloba âmbitos públicos e privados e têm como objetivo a promoção de ecossistemas urbanos mais equilibrados, justos, saudáveis e atraentes. Hoje, constata-se traços de um tipo de (in)evolução que traz consequências locais, regionais e globais, no bojo de essências não tão somente econômicas, sociais e ambientais, mas que também se amplificam para muito além do sentido biológico e assumem um leque de responsabilidades (culturais, estéticas, éticas, humanistas, relacionais etc.).

Talvez se possa afirmar que a heterodoxia – talvez mixórdia - em que se transformou o debate sobre as cidades não deva ser sinônimo de desesperança em relação ao futuro. Ao contrário, a multidisciplinaridade de temas, situações e partícipes, indica que se pensem, se debatam e se busquem soluções que serão, obviamente, diversas em lugares cujas idiosincrasias são, naturalmente, diferentes. Buscar enfoques criativos e originais são os desafios do urbanismo contemporâneo.

Os tópicos de interesse sugeridos são: Urbanismo responsivo e adaptativo; Ecótonos urbanos: entrosamentos e conflitos; Ecossistemas urbanos: a 2 graus do caos?

Coordenadores da sessão: James Miyamoto, Universidade Federal do Rio de Janeiro (jamesmiya@terra.com.br), e José Ripper Kós, Universidade Federal do Rio de Janeiro (josekos@gmail.com).

Espaços e fronteiras da modelagem da informação da cidade (CIM)

As dinâmicas das sociedades contemporâneas têm nos mostrado que premissas de planejamento da cidade podem se tornar obsoletas em curto período de tempo. Para Beirão (2012) e Asher (2010), tornaram-se comuns as abordagens que se esforçam pelo desenvolvimento de sistemas adaptáveis que permitem flexibilidade na proposição e visualização de cenários, sem entretanto deixar de lado questões como transparência e acesso a informação. É nesse contexto que o City Information Modeling (CIM) vem se constituindo como um novo paradigma na representação da cidade, capaz de informar políticas urbanas. Ora entendido como extensão do Sistema de Informação Geográfica (SIG), ora entendido como um equivalente aos sistemas de Modelagem da Informação na Construção (BIM) voltado para a escala urbana, o CIM necessita de aprofundamento e de acertos conceituais, teóricos e metodológicos que facilitem sua adequada aplicação e desenvolvimento. Amorim, em seu artigo “Discutindo City Information Modeling (CIM) e Conceitos Correlatos”, traz relevante contribuição ao propor o início da discussão sobre o tema. Sem intenção de esgotá-lo, aponta para uma vastidão das questões envolvidas, ressaltando o reduzido espaço de reflexão - o que por si justifica a proposição desta Sessão Temática. Ademais, atualmente universidades, tais como a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal da Paraíba, a Unicamp, entre várias outras, têm em seus programas de pós-graduação pesquisadores que desenvolvem pesquisa na temática CIM. Com foco na definição de conceitos, teorias e metodologias para a Modelagem da Informação da Cidade, são sugeridos os tópicos para o desenvolvimento dos resumos e discussão na sessão temática CIM proposta:

1. Ferramentas e sistemas;
2. Interoperabilidade entre sistemas;
3. Terminologias;
4. Conceitos e teorias;
5. Metodologias;
6. Competências.

Espera-se como resultado desta Sessão Temática, um maior aprofundamento e uma sistematização de termos, conceitos e teorias, afim de explicitar as competências, espaços e fronteiras dos Sistemas de Modelagem da Informação na Cidade.

Coordenador da sessão: Daniel Ribeiro Cardoso, Universidade Federal do Ceará (danielcardoso@ufc.br), e Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas (clarissa@arquitetura.ufc.br), Universidade Federal do Ceará.

Fotografia: imagens e imaginários de arquiteturas e espaços urbanos

Essa Sessão Temática propõe uma reflexão sobre o campo de pesquisa que considera a fotografia de edifícios e espaços urbanos como ponto de partida para investigações conceituais no âmbito das representações, da imagem e do imaginário da arquitetura e do urbanismo no Brasil e no mundo. Interessa a essa Sessão reconhecer esforços de teorização, abordagens metodológicas, estudos de caso, que promovam a atualização do 'estado da arte' e a identificação de novos aspectos a demandar pesquisas. Interessa sobretudo debater a interação da fotografia com: o universo editorial especializado impresso, eletrônico e web; a produção e a replicação de imaginários; a construção de conhecimentos e o amparo à crítica; procedimentos investigativos predominantemente visuais; alternativas questionadoras de métodos, modelos, fórmulas e práticas consolidadas no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Tais tópicos pretendem atrair submissões que contribuam a uma ampla abordagem do tema, múltipla e heterogênea, expondo pesquisas concluídas e em curso que delineiem tanto um panorama contemporâneo quanto um horizonte futuro de estudos sobre o tema.

Coordenadores da sessão: Artur Simões Rozestraten, Universidade de São Paulo (artur.rozestraten@usp.br), e Ana Esteban Maluenda, Universidad Politécnica de Madrid (ana.esteban.maluenda@upm.es).

Habitação social no Brasil 1930-2015: revisão dos programas habitacionais

Em 1933, o Banco Mundial publicou um relatório sobre habitação social, que se tornou influente entre os governos dos países em desenvolvimento, sob o título "Housing: Enabling Markets to Work". O documento ressaltava a importância da moradia para a economia nacional (15 a 20% dos gastos dos moradores e o maior objetivo da poupança das famílias de rendas médias; 20 a 30 % da formação do capital fixo; um investimento que gera lucro e emprego; com ligações positivas junto às muitas indústrias associadas). Desde então, os governos nacionais buscam eficiência em programas variados, que se dirigem a diversos grupos de renda, com objetivos e interesses vários. No entanto, mantém-se a necessidade abrigo, que é semelhante para todos, assim como a busca por equidade e qualificação da vida urbana, que estão unanimemente presentes nas proposições. O Brasil vem produzindo programas habitacionais e moradias desde 1930 (casa mínima, operária, higiênica), com efetiva construção habitacional a partir dos anos 1940 (edifícios modernos, suspensão dos aluguéis, casa própria). Na década de 1950 a industrialização e as migrações rural-urbano geraram aumento das populações urbanas e das favelas. A década de 1960 assiste à criação do BNH (1964) que, promovido pelo governo militar, durante vinte anos incentivou a indústria da construção civil, criando casas com o objetivo de fazer proprietários e promover o take-off econômico. Com a extinção do BNH (1986, 4.100.000 unidades entregues), algumas experiências interessantes foram tentadas, sem a organização de um programa integrado nacionalmente, e com pouco incentivo e sucesso: mutirões, financiamento de terrenos e materiais de construção, urbanização de favelas e regularização fundiária. Com o contínuo crescimento do déficit habitacional e a crise econômica que se aproximava do país, em 2009 o governo federal criou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que produziu um volume significativo de moradias (2.400.000 unidades entre 2009-2015). No entanto, o déficit habitacional continua a crescer e a qualidade das moradias não tem melhorado. Esse rápido histórico pretende chamar a atenção para as diferentes formas da produção social da habitação, e seus resultados, para a população de baixa renda, no país. Os objetivos da Sessão Temática são dois. Primeiro que se consiga estabelecer uma crítica, com base no estudo dos programas já experimentados avaliando-os em seus atributos, objetivos e alcance; e segundo, avançar com um debate que possa vir a iluminar novas propostas e servir como uma contribuição da academia para a solução dos problemas do país. A Sessão, idealmente, será composta por cinco orientações, sobre as quais se devem direcionar as propostas e análises dos artigos: (1) técnico-

materiais (soluções projetuais, urbanísticas, loteamentos, edifícios, casas); (2) político-ideológicas (casa própria, aluguel, regulação fundiária, terrenos);(3) históricas (as formas dos programas ao longo do tempo, os períodos e as soluções); (4) análises comparadas (soluções para os países desenvolvidos, emergentes, grandes cidades, regiões); (5) novas possibilidades (casa mínimas, flexível, containers, moradias coletivizadas,etc).

Coordenadoras da sessão: Livia Salomão Piccinini, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (livia.piccinini@ufrgs.br), e Eliane Constantinou, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (elianeconstantinou@ufrgs.br).

Ideias viajantes: arquitetura e urbanismo no interior do país

Ideias viajam de pessoa a pessoa, de lugar a lugar e de um tempo a outro seja por influência inconsciente ou reconhecida, apropriação seletiva, empréstimo criativo. Em circulação, revelam rejeição, adaptação, combinação e transformação, já que a assimilação cultural não se faz por mera imitação, mas por um rico processo de recriação. Como exemplo, pode-se lembrar das obras modernistas criadas no norte do Paraná depois da atuação de Vilanova Artigas, que lá adaptou preceitos corbusieranos e se aproximou da produção da escola carioca; ou do esquema de cidade social adaptado pela colonização britânica na criação de cidades novas naquela região; ou ainda pela prática de planejamento regional lá implementada que, associada ao urbanismo funcionalista pós-Brasília, serviu de modelo para o projeto governamental de colonização da Transamazônia. A fim de tratar da circulação de ideias, esta sessão pretende trazer para o centro do debate a arquitetura e o urbanismo produzidos no interior do Brasil do século XX, acompanhando tanto a produção de projetistas locais e a trajetória de profissionais migrantes quanto o papel referencial dos grandes centros urbanos e as vicissitudes da cultura técnica vigente. Há uma considerável produção arquitetônica no interior do país que, menos heroica e mais distante da exemplaridade dos casos paradigmáticos, permite entrever os mecanismos e as dinâmicas da circulação das ideias. Pois observadas desde o seu contexto original, as ideias viajantes podem resultar irreconhecíveis, mas a perspectiva inversa permite vislumbrar e reconhecer as adaptações sofridas nos seus deslocamentos. Desse modo, esta sessão acredita contribuir para o entendimento da arquitetura e do urbanismo produzidos a partir e mais além dos grandes centros.

Tópicos de interesse:

1. A modernização das cidades médias em meados do século XX;
2. Arquitetura moderna no interior do país;o urbanismo das cidades novas planejadas;
3. Ressonâncias e dissonâncias;
4. Trajetórias profissionais.

Coordenador da sessão: Renato Leão Rego, Universidade Estadual de Maringá (rlrego@uem.br; rego.renato@hotmail.com).

(In) Compatibilidades entre áreas de proteção ambiental e assentamentos precários: como andam as intervenções nas cidades brasileiras?

Na atualidade, a associação entre riscos e vulnerabilidade socioambiental, quando enfocados na perspectiva da interação entre moradia e áreas de preservação ambiental é tema emergente. O propósito da sessão é promover o debate entre estudiosos e pesquisadores envolvidos com a temática da recuperação ambiental em áreas urbanas, ocupadas por moradias e assentamentos precários.

Na perspectiva de avanço dos estudos sobre o tema em questão, deve-se buscar, na gestão do território, a implementação de políticas públicas - planos, projetos e intervenções - que visam minorar as fragilidades social e ambiental de áreas urbanas ambientalmente protegidas por lei, de modo a promover a recuperação e garantir, ao mesmo tempo, moradia e qualidade ambiental.

Contudo, estudos e pesquisas têm indicado, em geral, a pouca eficácia dos instrumentos de intervenção nestes territórios, que mesmo respaldados por leis abrangentes ainda não conseguem reverter de forma perene o quadro de precariedade das cidades brasileiras. O processo de urbanização, cada vez mais intenso, dissociado de políticas públicas articuladas e incluídas, têm potencializado desastres, catástrofes, riscos e situações de intensa vulnerabilidade. Os impasses políticos, a falta de fiscalização na aplicabilidade das leis e no monitoramento das ações adotadas retratam situações de incompatibilidade de instrumentos e descaso que tendem a se perpetuar nos territórios ambientalmente protegidos das áreas urbanas.

As consequências recaem de modo mais agudo sobre áreas mais pobres da cidade, onde os índices de saneamento ambiental são ainda mais deficitários, e impactam igualmente o ambiente urbano local. A poluição e o assoreamento de corpos hídricos, a ocupação desordenada de áreas ambientalmente sensíveis como margens de rios, encostas de morros, manguezais, entre outras, situadas em áreas legalmente protegidas, de diversas categorias, provocam riscos e danos constantes à cidade e à sociedade.

A sessão pretende reunir pesquisadores da área de Arquitetura e Urbanismo e áreas afins preocupados com a temática apresentada, de modo a contribuir para o entendimento do estado da arte de pesquisas que compõem este campo de conhecimento. Como objetivo específico, busca-se identificar pesquisas que trazem inovações nos campos teórico e prático que envolvem planejamento e intervenções em assentamentos precários localizados em áreas protegidas, tendo em vista o respeito às preexistências ambientais e sociais.

A despeito da complexidade do tema, interessa-nos, sobretudo, indagar:

É possível estabelecer consenso entre políticas urbanas e ambientais, se as primeiras enfrentam o desafio de equacionar o ordenamento territorial e urbano, enquanto as segundas têm como metas prioritárias a preservação e a recuperação dos recursos naturais e a eliminação dos riscos e vulnerabilidade?

Que lições podem ser apreendidas pelos municípios quanto à implementação de projetos de urbanização de assentamentos precários situados em áreas protegidas? Se diversos estudos apontam para a falta de consistência teórica na generalização da questão, quais são os novos fatores, abordagens e desafios que conduzem a temática a outros referenciais?

Por fim, a Sessão pretende contribuir para a formação de uma rede de pesquisadores da área de Arquitetura e Urbanismo voltada para o aprofundamento desta temática, considerada emergente para a melhoria da qualidade urbano e ambiental das cidades brasileiras.

Coordenadoras da sessão: Angélica Benatti Alvim, Universidade Presbiteriana Mackenzie (angelica.benatti.alvim@gmail.com), e Eliane da Silva Bessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (elianesilbessa@gmail.com).

Interfaces urbanas

O foco da sessão são as relações entre os moradores das cidades contemporâneas e as representações digitais das cidades produzidas por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs). A experiência da cidade contemporânea é cada vez mais mediada por diversas telas, em diferentes circunstâncias. Quer tratemos o fenômeno como uma nova matriz espacial, como território informacional ou como o surgimento de uma espacialidade híbrida, a cidade espelhada no ciberespaço dá origem a uma camada simbólica a mais na cultura urbana, composta a partir de imagens de satélite, mecanismos de agregação de informação e interações nas redes sociais. Dessa camada, por um lado, emergem novas formas de governança e planejamento que oscilam entre a emancipação e a vigilância, entre flash mobs e smart urbanismo, nas quais é preciso continuamente avaliar o papel das instituições e das relações sociais que as constituem. As diversas visualizações possibilitadas por satélites, cartografias digitais e demais tecnologias que fazem uso do geo-referenciamento contribuem para a visualização de processos econômicos, sociais, ambientais e histórico-culturais. Para além da ferramenta de cálculo, a computação contribui para ampliar a capacidade de imaginação.

Por outro lado, a própria fruição do espaço urbano, bem como os processos de construção do lugar, originados a partir da presença do corpo na cidade, são substancialmente alterados pela presença ubíqua

dos dispositivos móveis, interferindo no sentido e nos sentidos. A fronteira entre realidade aumentada e realidade virtual é cada vez menos definida.

Há uma camada de código em ação, muitas vezes despercebida, responsável por enquadrar as percepções da cidade. Com isso, se torna mais premente o estudo das diversas possibilidades de relação com o aparelho e seu programa, no sentido flusseriano dos termos – em especial no que diz respeito às possibilidades de subversão do programa.

O tema ainda é relativamente pouco estudado pelos pesquisadores nacionais, ainda mais em relação às cidades brasileiras, embora o alcance do fenômeno, com a popularização de smartphones, já se faça sentir em todo o território, em diferentes graus e de diferentes maneiras.

O objetivo da sessão é reunir tanto experiências de produção de representações quanto estudos de casos da incorporação dessas tecnologias e de seus impactos no meio urbano, ajudando a evidenciar o estado da arte da pesquisa nacional sobre o tema e facilitar a criação de redes de relações entre pesquisadores da área. Esse intercâmbio é tanto mais importante porque, em que pese a aparente contradição, muitas iniciativas digitais são por demais efêmeras, dependendo da experiência do momento, ou restritas, por questões de disponibilidade dos dados. Assim, os relatos sobre essas experiências são fundamentais para a construção de conhecimento nesse campo.

Coordenadores da sessão: Rodrigo Cury Paraizo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (rparaizo@ufrj.br), e Naylor Barbosa Vilas Boas, Universidade Federal do Rio de Janeiro (naylor.vilasboas@gmail.com).

Mal-estar na arquitetura

Arquitetos são treinados para projetar edifícios seguros, confortáveis, limpos. Uma normativa da comodidade quer manter os ambientes em uma zona de neutra normalidade. No entanto há casos em que essas garantias produzem o exato oposto da indiferença. Algumas pessoas, postas na indesejada posição de exiladas, desalojadas, migrantes reagem com inusitada poética. Outros mesmo desejam trocar o pequeno mundo de certezas por aventuras verdadeiras, capazes de insuspeitáveis descobertas internas.

Freud identificou em alguns momentos da história uma surpreendente hostilidade em relação à civilização. Segundo ele, o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais. Já bem antes de Freud esses desconfortos e inseguranças foram vistos como problema e como vetor de expressão. Depressão pode ser vista como resultado desse desconforto diante da civilização que nos cerca, mas também como reação. Para além do simples desânimo, os estados depressivos têm sido fonte para criação – em nosso caso especial para a concepção arquitetônica.

A melancolia era, para a medicina antiga, um dos humores responsáveis pela saúde ou desequilíbrio do corpo. Ao longo dos séculos a melancolia foi associada à imaginação criativa. Erwin Panofsky desenvolveu estudos de iconologia a partir da noção de melancolia que seguem tendo grande repercussão no domínio das artes visuais.

A presente sessão temática quer invocar as moradas do mal-estar. O ermo, o austero, o estranho, o incomum, o incômodo, o assustador são propostos como tópicos de um espaço de exceção que incorpora o desconforto.

Coordenadores da sessão: Gustavo Rocha-Peixoto, Universidade Federal do Rio de Janeiro (gustavorpeixoto@gmail.com) e Laís Bronstein, Universidade Federal do Rio de Janeiro (laisbronstein@hotmail.com).

Mobilidade urbana, projeto urbano e sociedade

A mobilidade urbana vem sendo amplamente debatida na sociedade, sobretudo no contexto brasileiro, muito em virtude do expressivo crescimento das nossas cidades nos últimos cinquenta anos. A população urbana aumentou, assim como o número de deslocamentos, e as cidades se expandiram sem uma política

integrada, e contínua, que aliasse o setor de transportes ao planejamento urbano e ambiental. Predominaram propostas de infraestruturas setoriais, que priorizaram o transporte individual em detrimento ao transporte público, e de forma hegemônica, o rodoviário. A disputa pelo espaço de circulação tem colocado os usuários em conflito permanente, onde ao domínio das vias pelo automóvel soma-se uma rede de transportes públicos pouco suficiente, trazendo a discussão sobre equidade na distribuição do espaço urbano e o direito à mobilidade pelo cidadão.

A promoção de um ambiente urbano equilibrado e socialmente incluyente passa pela conjugação da política do setor de transportes ao planejamento urbano e ambiental e à gestão dos espaços públicos das cidades. A Política Nacional de Mobilidade Urbana foi definida pelo Ministério das Cidades por meio da Lei Federal No 12.587 de 13 de janeiro de 2012, e traz avanços relacionados ao planejamento da mobilidade urbana nas cidades, com ênfase na integração da política de desenvolvimento urbano com as políticas setoriais de habitação, saneamento, planejamento e gestão do uso do solo.

Embora tenha avançado bastante nos últimos 5 anos, a temática da mobilidade urbana ainda requer visões que possam ir além da engenharia de transportes e de tráfego, que em geral se centram sobre a otimização e a operacionalidade do próprio serviço transporte. No campo da arquitetura e urbanismo, alguns estudos acadêmicos vem abordando a questão por meio do conceito do desenvolvimento orientado pelo transporte (DOT), para buscar soluções para o desenvolvimento de áreas novas e existentes, prevendo aumento de densidades em eixos estruturados por transporte público. O estudo dos nós de transporte, sua relação com espaço público e o movimento de pedestres tem sido temas mais recentemente tratados. E tem buscado compreender as dificuldades para transferência modal e acessibilidade, tendo em vista a falta de planejamento para integração entre os diferentes operadores. Há, também, uma parte dos estudos que tem buscado abordar a bicicleta como modal alimentador, enfatizando o redesenho do espaço viário através de projetos urbanos de requalificação do espaço público.

Esta Sessão Temática pretende reunir pesquisadores que busquem refletir sobre o tema da mobilidade urbana a partir de um olhar que aprofunde as possibilidades de integração entre o sistema de transportes públicos, o uso do solo urbano, os aspectos ambientais e a organização social do território das cidades brasileiras. O planejamento adequado de uma rede de transporte multimodal poderá induzir transformações locais de desenvolvimento urbano, contribuindo para a formação e o fortalecimento de centralidades. A consideração dos atributos ambientais do território é fundamental para a compreensão das possibilidades de articulação do sistema de transporte a uma cidade ambientalmente equilibrada. Busca-se, por fim, contribuir para o fomento de políticas de mobilidade urbana articuladas a projetos urbanos, com vistas à promoção de sistemas urbanos sustentáveis.

Coordenadores da sessão: Fabiana Izaga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (fabizaga@gmail.com), e Carlos Leite, Universidade Presbiteriana Mackenzie (carlos@stuchileite.com).

Moradia digna e assistência técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando?

Os estudos sobre habitação e cidade no Brasil, nas últimas décadas, têm demonstrado que apesar dos avanços das políticas públicas na produção de grande número de unidades habitacionais para suprir historicamente os déficits quantitativos, no que se refere à qualidade de projetos para moradia digna, ou seja, aqueles que viabilizem perspectivas de integração à cidade e aos benefícios coletivos, as conquistas efetivas são ainda incipientes. A imensa abrangência e complexidade dessa problemática nas cidades brasileiras, seja no que se refere às melhorias do ambiente construído, seja para propostas de novas habitações, exigem políticas mais diversificadas, inclusivas, contínuas e participativas, nas quais o papel da arquitetura e do urbanismo é fundamental para o aprofundamento teórico e prático, formação profissional e cidadã, pela conquista social do direito à cidade. Nesse sentido, no que se refere à tão necessária assistência técnica, conforme definida na Lei Federal 11.888/2008, muito ainda há que se avançar, sobretudo em relação à atuação na pós-graduação. A proposta desta sessão visa trazer ao debate pesquisas e experiências de assistência técnica em arquitetura, urbanismo e áreas afins, que contribuam de forma significativa para avanços teórico-metodológicos na discussão e práticas inovadoras, nesse campo de atuação. Poderão se

inscrever para essa sessão, estudos, pesquisas, projetos e experiências institucionais ou comunitárias, que envolvam universidades, gestão pública, ONGs e processos de auto-gestão, dentre outras inserções que relacionem conhecimento e prática, numa perspectiva crítica e propositiva, por cidades melhores e mais justas.

Coordenadora da sessão: Angela Maria Gordilho Souza, Universidade Federal da Bahia (amgs@ufba.br; agsouza@terra.com.br).

Morfologia urbana

Esta sessão temática foca a pesquisa em morfologia urbana no Brasil. O tema tem apresentado uma crescente diversificação de enfoques, o que torna interessante um mapeamento desse campo de pesquisa e a explicitação de suas principais linhas.

A pluralidade de enfoques observada nos estudos de morfologia urbana está relacionada à equiparação da cidade a um sistema complexo, bem como às crescentes possibilidades de representar o fenômeno urbano por meios computacionais.

A ciência da forma urbana, dentre todas as da cidade, é uma das que mais tem capturado o interesse de pesquisadores, dentro e fora do seu nicho, e se beneficiado disso. Com efeito, físicos, geógrafos, economistas, cientistas da informação, engenheiros, matemáticos, analistas de sistemas, entre outros, têm contribuído para conformar um campo de pesquisa e entendimento do fenômeno urbano não apenas autônomo, como se ambicionava quando a disciplina estava sendo recortada do emaranhado de estudos urbanos de então, mas um campo de convergência de diferentes backgrounds muito rico e promissor.

Embora as mais tradicionais abordagens tipo-morfológicas permaneçam como uma constante nos estudos urbanos, uma verificação rápida sugere que, desde os (ainda relativamente recentes) tempos de Savério Muratori e seus seguidores italianos (Cannigia, Maffei, Cataldi) e franceses (Castex, Panerai), cujos trabalhos pioneiros estavam voltados a não mais que explorar meios de classificar objetos elementares que compõem a forma urbana, o campo desenvolveu-se para permitir muitas abordagens, tais como:

- a) Geografia Histórica, com pelo menos dois centros de pesquisa importantes, Birmingham e Chicago (Jeremy Whitehand, Michael Conzen);
- b) Geometria, Teoria dos Grafos e Álgebra Booleana, em Cambridge - Martin Centre, (Lionel March, Phillipe Steadman, Mario Júlio Kruger);
- c) Análise Espacial, no University College London – CASA, SS Lab (Michael Batty, Paul Longley, Bill Hillier) e no MIT - City Form Lab (Andres Sevtsuk);
- d) Morfologia Urbana e Sistemas Complexos, no University College London, no Urban Morphology Institute Paris (Serge Salat), e na Universidade de Tel Aviv (Juval Portugali);
- e) Alometria Urbana, no Santa Fe Institute, New Mexico (Geofrey West, Luis Bettencourt);
- f) Redes e Interação Espacial, na Suécia e Escócia, (Bin Jiang, Sergio Porta);
- g) Metabolismo e Real-time data, Santa Fé e MIT;
- h) Wholeness, Harmony-seeking Computation, Morphogenesis, em Berkeley e SAntonio (Christopher Alexander, Nikos Salingaros)

No Brasil, muitas das abordagens citadas também estão presentes, as mais fáceis de serem lembradas como convergentes com esses think-tanks da morfologia urbana (correndo o risco de não citar as mais difíceis) seriam: Morfologia de base tipológica e histórico-geográfica (UFMG e USP); Análise Espacial (UFPEl, UFRGS, UFABC); Sintaxe Espacial (UNB, UFBA, UFRGS, UFPE, em todo lugar); e Alometria Urbana (UFRGS). Os produtos de todas essas abordagens, e outras que por ventura tenham sido esquecidas, são considerados tópicos de interesse para a sessão temática.

Pretende-se com a sessão, consistente com a proposta do evento, contribuir para o delineamento do estado da arte dos estudos de temática morfológica, entender sua relação com os trabalhos realizados fora do país e identificar os principais resultados obtidos. Além disso, a mesma é uma oportunidade de troca de experiências entre os pesquisadores dessa área. Como as abordagens são múltiplas, as trocas entre as diversas vertentes são importantes para a consolidação dos conhecimentos e avanços metodológicos.

Coordenador da sessão: Romulo Krafta, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (krafta@ufrgs.br), e Ana Paula Neto de Faria, Universidade Federal de Pelotas (apnfaria@gmail.com).

Novas fronteiras e novos pactos para pesquisas e projetos situados em área de preservação e patrimônio cultural

A ideia de preservação de legados e de heranças do passado – incluindo além da reflexão crítica, um conjunto de ações de identificação, conservação, restauração, projeto, gestão e proteção legal – assume conotação cultural e inicia a construção de um campo do conhecimento em meados do século XIX. Hoje é possível afirmar que a preservação do patrimônio constitui um campo do conhecimento que assegura sua unidade na transdisciplinaridade que lhe é de origem, identificado por uma história, por uma legislação, por um tipo específico de projeto arquitetônico, por um corpo teórico relativo ao restauro e à conservação de bens móveis e imóveis, por uma reflexão sobre a abrangência e o significado da ação patrimonial e por metodologias de pesquisa, de projeto e de inventário.

Tanto a noção de patrimônio é uma construção datada, como o processo de alargamento dessa noção, que tem pouco mais de 20 anos. Categorias inteiras de objetos pertencentes a campos culturais ameaçados de desaparecimento pela industrialização e pela rápida transformação de cidades e territórios, começaram a reivindicar acesso ao domínio patrimonial. A noção fundadora de patrimônio passa a conhecer diferentes iniciativas de solidarização com a ideia mais ampla de cultura, ultrapassando critérios e valores historicamente construídos – antiguidade, excepcionalidade, autenticidade, e mesmo materialidade - para abranger o contemporâneo, o cotidiano e a imaterialidade.

Em contexto de globalização, o patrimônio começa a ser reivindicado como um dos itens estratégicos na afirmação das identidades de grupos e comunidades, transcendendo sua ideia, fundadora e formadora, de afirmação de nacionalidades. Ainda, prevalecendo a relatividade absoluta como valor maior, cada objeto, cada acontecimento, cada lugar passa a exibir legitimamente um “potencial patrimonial” ou, melhor dizendo, uma “pretensão patrimonial”. A extensão ambicionada para a noção de patrimônio e a obsessão pela preservação – tudo guardar e proteger para tudo lembrar - são os sintomas clínicos desta nova relação com a memória e dela com a história; está inaugurado o novo tempo da patrimonialização.

Se é inegável que o patrimônio ganhou amplitude, também é indiscutível a necessidade de aprofundar o debate. Não é suficiente afirmar categórica e tautologicamente a nova condição de ampliação de sentido para que ela se legitime. O processo contemporâneo de desdobramento da ideia de patrimônio tem revelado uma grande complexidade de conteúdos e significados, porém, vagos na maior parte das vezes e, no limite, contraditórios. E justamente quando o patrimônio passa a ser quase tudo, senão tudo, reivindicado quase como “um direito de todos”, quando quase todos se consideram aptos a nomeá-lo e exercer técnica e profissionalmente a preservação, justamente nesse momento as referências conceituais e os fundamentos teóricos se tornam mais urgentes até porque quase raros.

O objetivo desta sessão temática é recorrer à melhor tradição de pesquisa e reflexão que já caracterizou a discussão sobre patrimônio e preservação no Brasil de Lucio Costa, para reabrir e criar novas bases para o debate, na tentativa de superar a noção de patrimônio do século XIX, e avançar as novas ideias sobre identidade e pertencimento no século XXI. O âmbito permanece o da preservação, mas a expectativa é de que a pesquisa e o debate girem em torno de novas expressões, suportes de novas ideias, por sua vez justificativas de novas ações e de novos projetos, assim como de novos instrumentos de proteção.

Para tanto interessa trazer para o debate quem está (e quem não está) falando de patrimônio: como e por quê; interessa discutir critérios e valores no quadro da expansão de sentido de patrimônio; também interessa investigar se existem e quais são as bases teóricas e justificativas técnicas para os mecanismos

de ressemantização e revisão conceitual e legal do patrimônio aos quais estamos sendo confrontados, para além das operações de banalização e normatização ditadas pela vulgarização turística, pelos interesses comerciais e pelos jogos de poder da política partidária; assim como nos interessa abordar as novas orientações vigentes nos canteiros de restauração e os consequentes reflexos na prática projetual dos arquitetos, cada vez mais interessados em responder ao desafio de projetar em relação com as preexistências arquitetônicas.

Coordenador da sessão: Cecília Rodrigues dos Santos, Universidade Presbiteriana Mackenzie (altoalegre@uol.com.br)

O campo de pesquisa sobre os espaços universitários no Brasil: abordagens atuais e perspectivas de análise

Nas últimas décadas, os estudos sobre os espaços universitários no campo da Arquitetura e do Urbanismo ganharam relevância, no âmbito internacional, por meio de diversas publicações especializadas, destaques em exposições e também por meio de sessões temáticas específicas em importantes congressos da área. No Brasil, nesse período, foram desenvolvidas dezenas de teses, dissertações e artigos para congressos e periódicos científicos, o que também aponta para a relevância desse tema no contexto nacional. Nesses trabalhos, as universidades e seus campi são compreendidos como equipamentos urbanos que se relacionam diretamente com o Estado, com o sistema educacional e com as visões de ciência em um determinado contexto geográfico. Nesta interseção, transparecem, igualmente, os conflitos entre os ideais urbanísticos, os sociais e os culturais no espaço urbano. Essa sessão configura-se, assim, como uma privilegiada oportunidade de reflexão sobre a recente produção científica desse campo de pesquisa e sobre suas perspectivas futuras.

No Brasil, a história dos espaços universitários está entrelaçada com momentos significativos da história do pensamento urbanístico. Inicia-se na década de 1930, em paralelo à formação do movimento moderno, principalmente ao longo do debate sobre a organização física dos espaços universitários nacionais no contexto de criação da Universidade do Brasil; nas décadas seguintes, a noção de campus continuou sendo referência na literatura especializada. Nos anos de 1960, o Presidente da República Juscelino Kubitschek promoveu um grande salto tanto na criação de Universidades quanto na construção de um expressivo número de campi universitários, os quais ainda refletiam os ideais modernos. A expansão universitária brasileira desta fase aconteceu em um contexto de aproximação mais ostensiva entre o governo brasileiro e o norte-americano por meio da prestação de serviços técnicos e de consultorias para o ministério de educação brasileiro. Nesse período, Estados Unidos, França e Inglaterra, entre outros países, questionavam esse modelo de campus - entendido como um local segregado de seu contexto, planejado para ser um microcosmo de cidade. No Brasil, esses questionamentos consolidaram-se apenas nas décadas de 1970 e 1980 no rastro das críticas aos ideais modernos e do resgate aos valores tradicionais dos espaços urbanos.

A partir de 2003, após longo período de inércia, o Governo Federal iniciou um segundo momento de significativa expansão da rede universitária brasileira. A criação de novos campi – uns ligados a essas novas universidades e outros, às universidades existentes, tornou evidente a relevância do debate sobre os espaços universitários no cenário nacional.

O contexto, portanto, oferece ímpar oportunidade para discutir-se, com mais profundidade, as origens, os diferentes contextos e as estratégias de organização dos espaços universitários ao longo do tempo. Espera-se que, dessa reflexão, produza-se um importante saber que contribuirá para a crítica e para o planejamento desses e de outros futuros espaços universitários. Assim, configuram-se como tópicos de interesse trabalhos que abordem e/ou expandam os seguintes temas: estudos de caso sobre espaços universitários nacionais e internacionais; estudos comparativos entre o contexto de criação dos espaços universitários nacionais e internacionais; estudos críticos sobre a produção contemporânea dos espaços universitários; reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisas nesse campo.

Coordenador da sessão: Klaus Chaves Alberto, Universidade Federal de Juiz de Fora (klaus.alberto@ufjf.edu.br).

O racionalismo estrutural e as fontes da arquitetura moderna brasileira: teoria, história e imaginário

O estudo das fontes da Arquitetura Moderna Brasileira já estabeleceu um novo patamar de conhecimento tanto da história da arquitetura quanto das obras que geraram essa história. Hoje não é mais possível estudar o assunto sem levar em consideração, sob pena de superficialidade, a formação dos arquitetos modernos brasileiros na Escola de Belas Artes, o método eclético de composição e a teoria da arquitetura do século XIX. Continuando essa pesquisa fundamental, o Racionalismo Estrutural pode contribuir para a compreensão cada vez mais fina da Arquitetura Moderna Brasileira.

Ao contrário do que se pode supor à primeira vista, o Racionalismo Estrutural concebe a arquitetura como um objeto, ou sujeito de natureza estética. Ao invés, portanto, de concebê-la como objeto técnico ou funcional. Do ponto de vista cultural, ele é fruto da redescoberta e da revalorização estética proclamada pelo Romantismo na primeira metade do século XIX. Como se sabe, no pensamento romântico o processo de conhecimento começa na arte para depois chegar à filosofia, à ciência e às suas aplicações práticas. Direta ou indiretamente, os racionalistas estruturais herdaram essa missão elevada atribuída à arte pelo Romantismo, revalorizando igualmente o papel cultural e social da arquitetura. Em Léonce Reynaud, por exemplo, a arquitetura deve começar na ciência para poder então tornar-se plenamente arte, isto é, uma arte capaz de pertencer ao plano mais elevado e transformador da cultura e ao mesmo tempo, por isso mesmo, contribuir ativamente para a evolução da humanidade. Uma arquitetura que, em suma, tem o poder de agir diretamente sobre o público, tanto diretamente excitando a imaginação quanto indiretamente alimentando o imaginário.

Não surpreende portanto que o Racionalismo Estrutural constitua uma das principais fontes da Arquitetura Moderna Brasileira. Mais ainda, esta pode ser considerada um caso excepcional para se compreender como os arquitetos modernos se apropriaram do Racionalismo Estrutural. De modo evidente, os arquitetos modernos brasileiros conceberam seus edifícios como obras de arte que falam diretamente à imaginação do público, e isto talvez mais do que em qualquer outra tendência da arquitetura moderna na primeira metade do século XIX. Não é segredo, igualmente, que a Arquitetura Moderna Brasileira pretenda-se uma manifestação cultural portadora de uma intenção social transformadora, ou, mais precisamente, uma transformação social através da cultura.

Além das próprias obras, os escritos teóricos dos arquitetos modernos brasileiros testemunham diretamente que eles herdaram a concepção da arquitetura elaborada pelo Racionalismo Estrutural. Sobretudo, é possível exemplificar, demonstrar e comprovar que o Racionalismo Estrutural constitui uma das grandes fontes da Arquitetura Moderna Brasileira, no geral como nos detalhes.

O objetivo desta sessão é justamente apresentar pesquisas históricas e teóricas que contribuam de modo claro e documentado para o estudo das relações que se pode estabelecer entre o Racionalismo Estrutural e a Arquitetura Moderna Brasileira. Os trabalhos podem ser dedicados tanto ao estudo comparativo das concepções teóricas e históricas do Racionalismo Estrutural e da Arquitetura Moderna Brasileira, nos seus aspectos gerais ou particulares, quanto ao estudo comparativo dos pressupostos culturais dessas concepções, isto é, quanto ao estudo comparativo no plano do imaginário.

Coordenador da sessão: Marcelo Puppi, Universidade Estadual de Londrina (marcelopuppi@uol.com.br).

O redesenho como prática de pesquisa histórica em arquitetura

O redesenho de obras de arquitetura não é novo. Revistas, fundamentalmente para apresentar aos leitores um material relativamente padronizado que possibilite um entendimento rápido e claro, publicam redesenhos desde o século XIX, ainda que quase sempre simplificando os desenhos, de projeto ou de obra, que os arquitetos produzem. O redesenho também serve para apresentar obras que deixaram de existir por razões muito variadas; um caso bem conhecido é o do Pavilhão Alemão para a Exposição de Barcelona de Mies van der Rohe, projetado em 1928-29, construído em 1929 e demolido em 1930, que se transformou num ícone da arquitetura moderna a partir de plantas redesenhadas por vários críticos e historiadores durante mais de cinquenta anos, que incluíram ou excluíram alguma característica da obra original nas respectivas interpretações.

Com certeza o estudo da iconografia deveria ser um dos pilares que sustenta a interpretação historiográfica – a crítica também –, pelo menos em arquitetura, pois é importante para compreender as construções conceituais envolvidas nas obras. Dentro dessa perspectiva, o redesenho como ferramenta de pesquisa é relativamente recente e vem sendo impulsionado, ao menos na última década, pelos meios de representação digital. Mas, redesenhar não visa apenas produzir uma documentação para determinado projeto estudado. Redesenhar pode ser em si um método de pesquisa, tanto sobre a obra como sobre o processo de projeto que a originou. Uma pesquisa que recolhe e se nutre de várias fontes de informação (icono)gráfica capaz de revitalizar a luz que ilumina a obra que pretende discutir e também o processo que a concebeu.

O redesenho segue os passos do projeto e da forma de projetar, pretende mostrar o que levou o arquiteto a definir determinada forma final. A consulta a outras fontes iconográficas além dos desenhos originais (fotografias da obra em execução ou concluída, por exemplo) vem ajudando pesquisadores a entenderem melhor a (obra de) arquitetura. A discussão sobre informações preservadas em diferentes fontes (desenhos do arquiteto, desenhos de obra, croquis, desenhos legais e fotografias), muitas vezes contraditórias, levantam questões que escapam à historiografia tradicional, que usa as imagens mais como referências visuais que como objetos de estudo. A discussão de uma obra específica requer documentação precisa, e isso quase nunca existe, nem em casos como o de Le Corbusier, tão zeloso de seus arquivos e seu legado, e menos ainda no de arquitetos que não imaginavam torna-se célebres e simplesmente produziam documentação de caráter utilitário. Exemplos como o de Vilanova Artigas, que além de projetar dirigia a construção de suas obras, demonstram a necessidade de rever os desenhos originais e compará-los com a obra construída, pois muitas vezes eles não coincidem.

Criar uma documentação que esclareça esses processos é evidentemente um exercício historiográfico que devemos reivindicar nos dias de hoje, quando podemos praticamente reconstruir digitalmente qualquer obra do passado. O estudo da história da arquitetura precisa desse tipo de condução e desse tipo de ferramenta. Uma sessão temática em que se discutam práticas como essas pode dar uma melhor sustentação conceitual aos jovens pesquisadores que assim poderiam trabalhar.

Coordenador da sessão: Fernando Vázquez Ramos, Universidade São Judas Tadeu (fernando@fv.arq.br).

Obras comparadas

O já clássico artigo de Colin Rowe, *The Mathematics of the Ideal Villa*, publicado pela primeira vez em 1947, na *Architectural Review*, nos mostra como pode ser revigorante um estudo baseado na confrontação de obras arquitetônicas como recurso de análise crítica. Em seu brilhante ensaio, Rowe demonstra haver regras compositivas em comum entre a Villa Foscari (Malcontenta), de Andrea Palladio, e a Villa Stein-de-Monzie, de Le Corbusier e Pierre Jeanneret. Considerando tal maneira de fazer, abrigaremos estudos desenvolvidos a partir da comparação de uma obra de Lucio Costa com a de outro arquiteto. O interesse específico na produção daquele que foi o mentor da Arquitetura Moderna Brasileira se insere nas ações do grupo de pesquisa denominado “Lucio Costa: Obra Completa” - alinhado com a área de concentração “Projeto como investigação: Arquitetura e Cidade” - que atua, principalmente, realizando um aprofundamento gráfico analítico das obras de Costa. Comparar em Arquitetura e Urbanismo – projetos, edifícios, cidades – é recorrer a um método de análise que nos permite a crítica a partir de instrumentos próprios da disciplina, uma vez que exige a eleição de um oponente arquitetônico, para equiparar ou contrastar. O estudo comparativo proposto, ao confrontar produções que naturalmente encerram valores de distintos arquitetos, promove um diálogo entre obras, alinhando, por vezes, diferentes períodos e programas. Através desse “outro” as obras contrapostas evidenciam aspectos que, de outra maneira, seriam menos notórios. Com os olhos postos na obra de Lucio Costa podem-se estabelecer relações livremente em consideração a diversos aspectos, sem as prerrogativas de aproximação temporal ou equivalência de usos. No entanto, a escolha das obras se mostra crucial, uma vez que a essência da crítica está na confrontação, onde reside a possibilidade de costura – explícita ou oculta – fundando uma relação específica passível de aflorar novos entendimentos, de outra maneira, difíceis de articular.

Coordenadores da sessão: Anna Paula Canez, UniRitter/Mackenzie (acanez@uniritter.edu.br), e Samuel Silva de Brito, UniRitter/Mackenzie (samuelbrito2@gmail.com).

Paisagem como construção coletiva: um projeto inconcluso

Propomos nesta mesa revisar e analisar as implicações das proposições recentes em torno do conceito de Paisagem dentro do âmbito específico do Urbanismo e da Arquitetura. Hoje há praticamente um consenso que a conformação da paisagem, ou seja, a construção do espaço antrópico é uma obra coletiva, dinâmica, em constante fazer e refazer e, portanto, um elemento de identidade e um produto cultural.

Em contraponto à visão clássica da paisagem, desde um âmbito essencialmente perceptivo e estético, as propostas recentes conceituam a paisagem como obra histórica, o que permite reconhecer as diferentes camadas que as sucessivas gerações deixaram e as seguintes vão imprimir.

Nesse contexto, os tipos de assentamentos e edificações, suas configurações, materialidade, permanências, mutações, fragmentações e as relações estabelecidas entre si são categorias interpretativas que permitem analisar um componente fundamental do processo de formação da paisagem: o material.

A ampliação do conceito de patrimônio, em termos temáticos, cronológicos e geográficos verificada desde as últimas décadas do século XX e as proposições da UNESCO no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial, em torno ao tema da paisagem (1992) se perfilam como novos instrumentos de identificação, análise, gestão e intervenção, em parte em contradição com os instrumentos tradicionais de inventário e tombamento. Parece-nos relevante destacar as definições de Paisagem Histórica Urbana (HUL, Historic Urban Landscape, UNESCO, 2010) e de Paisagem Industrial (Carta de Nizhny Tagil, 2003). A primeira, além da parte perceptível da paisagem (a natureza, a forma de aglomeração e a arquitetura), considera as camadas geográficas, subterrâneas, infraestruturais, assim como as práticas e valores sociais e processos econômicos, entendidas como dimensões imateriais. A segunda, relativa à paisagem industrial, não só reconhece os espaços e a memória coletiva dos grupos anônimos e excluídos, como também valoriza as intervenções que não necessariamente implicam em valores estéticos ou artísticos.

Propomos a discussão da relevância da aceitação destas contribuições em um contexto de crítica às noções de autoria e excepcionalidade as quais apelam para algumas práticas arquitetônicas que supervalorizam a imagem e a monumentalidade com caráter de espetacularização. Trata-se de problematizar o processo de constituição da paisagem urbana e sua relevância como artefato histórico e, assim, perene, porém necessariamente processual, logo implicando em contínuo processo de transformação cuja importância deriva de disputas políticas no presente. Nessa perspectiva, interessa-nos, também problematizar a incidência dessa concepção de paisagem urbana na produção arquitetônica, afinal, como fica o caráter da arquitetura nesse novo contexto de valorização da paisagem urbana enquanto produto histórico cuja dinâmica é processual.

Coordenadores da sessão: Luisa Durán Rocca, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (l.duranrocca@gmail.com.br), e Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (eber.marzulo@ufrgs.br).

Paisagem urbana e sistema de espaços livres

A grande cidade brasileira da segunda década deste século tem uma conformação funcional e morfológica particular, que se expressa tanto no seu sistema de espaços livres como no seu casario e fenômenos como dispersão, fragmentação, verticalização, segregação, adensamento construído, apropriação cada vez maior dos espaços livres, como ruas e suas calçadas, associados ao aumento contínuo e exponencial da frota de veículos automotores, da crônica falta ou atraso de investimentos em infraestrutura e, além disso, do surgimento de extensas, contínuas e por vezes lineares áreas de proteção ambiental.

O conhecimento aprofundado de sua estrutura construída e de seu sistema de espaços livres permite a arquitetos, urbanistas e paisagistas um enfrentamento mais adequado e consistente as demandas tanto do Poder Público, como da população, assim como um avanço na interpretação dos novos fatos urbanos em andamento, ainda bastante pouco discutidos e interpretados.

A partir destes fatos temos desenvolvido desde 2011 com a equipe do laboratório QUAPÁ da FAUUSP o projeto temático de pesquisa intitulado “QUAPÁ Sel 2 – Os sistemas de espaços livres e a constituição da forma urbana contemporânea brasileira”, projeto temático, em rede, com o apoio da FAPESP e do CNPq, que

objetiva justamente caracterizar a estrutura morfológica desta cidade, seus padrões e agentes produtores;

A sessão terá como objetivo fazer uma discussão do papel dos sistemas de espaços livres dentro da estrutura funcional e morfológica urbana brasileira contemporânea, sua relação com a sua relação com o adensamento construído, com a dinâmica hídrica e ecológica existente, suas inconsistências e consistências, novas formas de estruturação e o seu papel como estrutura fundamental para o desempenho das atividades cotidianas da população tanto no âmbito público como privado. Também é objetivo da sessão reunir e congrega pesquisadores sobre assunto de modo a desenvolver o debate em andamento.

Os tópicos de interesse sugeridos são: forma e densidade construída urbana e espaços livres; densidade construída e o papel dos espaços livres para o equilíbrio ambiental urbano; dispersão e fragmentação urbana e o surgimento de novos tipos de espaços livres; verticalização sua distribuição e espaços livres gerados e a forma urbana; o papel dos agentes produtores na constituição da forma e do sistema de espaços livres, da esfera pública a iniciativa privada.

Coordenador da sessão: Silvio Soares Macedo, Universidade de São Paulo (ssmduck@usp.br).

Paisagens urbanas público-privadas: projetos urbanos e construções normativas nas cidades brasileiras pós-megaeventos

O ciclo de megaeventos dinamizadores da produção do espaço urbano tem em 2016 um ponto de inflexão com a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Desde 2009, com o anúncio oficial do Brasil como sede da Copa do Mundo e do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, uma série de ações que envolvem ao mesmo tempo projetos urbanos e construções normativas foram realizadas nas cidades brasileiras aprofundando o ciclo iniciado pela série de Planejamentos Estratégicos realizados na década anterior. Neste âmbito, diversas operações urbanas consorciadas (Porto Maravilha, Nova BH, Cais Estelita, etc) vieram à tona trazendo novos elementos importantes para o entendimento dos rumos da urbanização brasileira contemporânea.

É necessária a reflexão sobre os resultados destas ações globalizadas na direção de perceber quais as novas contradições estão dadas para a realização do direito à cidade diante deste novo cenário. As operações urbanas foram realizadas plenamente? Quais as novas relações espaciais e simbólicas produzidas entre os recortes submetidos às operações e as demais regiões das cidades? Os marcos normativos criados seguirão operando após a realização dos megaeventos? Quais as ações ligadas ao investimento público não definidas por operações urbanas consorciadas, mas que se combinam a estas no processo de transformação dos territórios em diversas escalas? Afinal, qual a paisagem urbana em produção após este ciclo de projetos e qual o lugar do espaço público nesta nova conformação?

Esta sessão temática propõe uma reflexão sobre a mediação entre Urbanismo e Direito, segundo uma leitura interdisciplinar. Privilegia a análise das interferências jurídico-urbanísticas nos projetos urbanos contemporâneos da cidade standardizada segundo o eixo da eficácia social da norma urbanística. Um debate nacional neste ENANPARQ que ocorre em um momento estratégico para que o campo de pesquisadores de arquitetura e urbanismo seja capaz de apontar contribuições para o cenário urbano que se aproxima em tempos de aprofundamento da crise econômica global.

Pretende-se ampliar e aprofundar o espaço de reflexão sobre a paisagem na cidade standard a partir da análise das construções normativas em projetos urbanos, incluindo as Operações Urbanas Consorciadas, especialmente no que se refere à produção de novas vulnerabilidades e consequentes blindagens ao direito à cidade. Privilegiam-se as experiências e casos referência nacionais, ou diálogos internacionais, que abordem questões relacionadas à problemática da intervenção recente em grandes áreas, centrais ou de expansão, através de projetos de requalificação urbana das cidades contemporâneas, sobretudo aqueles realizados dentro da dinâmica de megaeventos; e que considerem a paisagem urbana como princípio de interpretação.

Espera-se que a sessão permita analisar associada e comparativamente grandes projetos e intervenções urbanas em escala local, metropolitana e regional de forma a compreender práticas institucionalizadas e práticas sociais instituintes (no sentido da eficácia social do direito à cidade em projetos urbanos),

possibilidades físicas e simbólicas do urbano e/ou definição de subsídios e estratégias para a efetivação de políticas públicas nos projetos urbanos, além de estabelecer diálogo sobre a forma da produção de espaço público nas cidades brasileiras contemporâneas.

Coordenadores da sessão: Cláudio Rezende Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (claudioribeiro@yahoo.com.br), e Bruno Carvalho da Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (bruno.au@gmail.com).

Palavras e imagens impressas: as publicações periódicas especializadas e sua contribuição para a pesquisa em arquitetura e urbanismo

Qual o desenho atual do conjunto das pesquisas em arquitetura e urbanismo realizadas através das publicações periódicas especializadas? Quais as posturas já consolidadas e quais as novas fronteiras de investigações?

Para responder a estas questões, e dando continuidade à três sessões temáticas apresentadas nas edições anteriores do ENANPARQ, convidamos estudiosos envolvidos com estas fontes documentais a apresentarem seus trabalhos e contribuir com a construção do estado da arte da pesquisa feita através desse importante veículo de divulgação.

As revistas especializadas se constituem como uma das mais relevantes fontes de documentos da arquitetura e do urbanismo. Nelas se publica tanto os projetos construídos quanto os não construídos, além de reflexões e debates sobre estas propostas. Em suas páginas circulam um conjunto de ideias e análises que ultrapassam fronteiras e ganham o mundo conquistando leitores. Fazem parte destes documentos desde os textos teóricos até os memoriais das obras realizados por seus autores, assim como as fotografias, os desenhos e esboços, as críticas positivas e negativas, além das ocasionais polêmicas geradas à época em torno destas obras. O exame das fotografias presentes nesses periódicos permite, por exemplo, avaliar o lugar e a função que as imagens assumem na história das edificações.

Nos últimos anos, várias pesquisas realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo vêm ampliando o uso destas fontes e uma nova geração de pesquisadores vem cada vez mais se utilizando delas nas suas investigações. O acervo documental dos periódicos disponibiliza um material de pesquisa riquíssimo que permite várias entradas de análise sendo a imagem fotográfica uma das mais privilegiadas.

É objetivo desta sessão mapear as pesquisas, as metodologias e as questões derivadas das diversas interpretações e leituras que estas palavras e imagens impressas em periódicos podem propiciar no estudo da arquitetura e urbanismo. Assim como os diferentes juízos emitidos pelos periódicos especializados nos debates levantados pelos críticos.

Para este mapeamento propomos alguns tópicos de interesse a serem abordados: a recepção e difusão da arquitetura moderna brasileira nas revistas especializadas; arquitetura e urbanismo através das fotografias nas publicações periódicas; o debate sobre a preservação da arquitetura e urbanismo nas publicações periódicas especializadas; a investigação contemporânea sobre a cultura editorial entorno da arquitetura e urbanismo nas publicações periódicas; o campo ampliado da arquitetura e do urbanismo nas publicações periódicas especializadas e seus significados.

Coordenadoras da sessão: Maria Beatriz Camargo Cappello, Universidade Federal de Uberlândia (mbcappello@gmail.com), e Maria de Fátima de Mello Barreto Campello, Universidade Federal de Alagoas (fatimacampello@uol.com.br).

Patrimônio ambiental urbano, urbanidade e construção de cidade

Sob a luz do desenvolvimento urbano sustentável, as cidades contemporâneas vêm passando por transformações que podem ser elencadas apontando a necessidade e a importância de retomar o debate do conceito de Patrimônio Ambiental Urbano e sua apropriação cidadã visando a construção do futuro das cidades.

A chamada globalização e/ou reestruturação produtiva caracteriza-se pelo esvaziamento dos espaços industriais, portos, orlas ferroviárias e centros históricos, pelas novas tecnologias que conectam o mundo, pelo divórcio de política e do poder bem como pela dissolução de vínculos. A obsolescência produzida pelo capitalismo fez com que haja a necessidade de regeneração de tecidos urbanos bem localizados, muitas vezes de forma “espontânea”, ou seja, conduzida pelos desígnios do mercado, sem a mediação de um projeto.

A noção de urbanidade deve abrigar, dentro do espectro da sustentabilidade, o desenvolvimento local, sua relação com o tecido social e a possibilidade do encontro na esfera pública. O desenvolvimento local, enquanto prioridade nas novas políticas urbanas, pode ser compreendido de diversas maneiras. De um lado, liga-se à esfera econômica, sendo medido pela evolução do quadro produtivo local, pela geração de emprego e renda no seio das comunidades, pelo acréscimo da autonomia fiscal dos governos locais e pela diversificação e dinamização de atividades econômicas que tenham impacto em termos de integração das populações marginalizadas. Em termos sociais, liga-se à busca da inclusão de diferentes setores populares, em um quadro de crescimento e evolução econômica. Combatem-se os efeitos excludentes da nova ordem mundial com linhas de ação, programas e projetos que tirem proveito das especificidades e potencialidades de cada região, sempre partindo dos interesses da população local.

No que se refere às articulações administrativas e institucionais, o desenvolvimento local está ligado ao conceito de governança, como medida de capacidade de gestão compartilhada entre diversos agentes. Mesmo que, por vezes, menos atraentes do ponto de vista urbanístico, para não dizer imobiliário, tais enfoques pareçam ser mais eficazes para solucionar os problemas sofridos por cidades tradicionalmente dependentes do setor secundário. Entendemos que a proteção do patrimônio histórico passa também pela definição de usos que extrapolam atividades clássicas como centros culturais e museus, podendo tornar-se um ativo de empreendedorismo e da chamada economia criativa.

Entendemos também que a proteção do patrimônio deve ser tratada dentro da questão ambiental urbana. A apropriação cidadã dos espaços públicos produz urbanidade; a participação e o diálogo na identificação e proteção do patrimônio constrói o futuro das cidades. Dentro desse quadro, como produzir urbanidade? Quais os instrumentos contemporâneos de regulação urbana? Como então formular uma política de preservação do patrimônio cultural levando em conta o desenvolvimento sustentável? Como construir cidade a partir do patrimônio?

Coordenadora da sessão: Nadia Somekh, Universidade Presbiteriana Mackenzie (nadiasom@terra.com.br).

Patrimônio, território e paisagem cultural: novos desafios à preservação

O progressivo alargamento daquilo que é considerado objeto de interesse para a preservação, que passou do monumento, como elemento isolado (natural ou construído), aos conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas reconhecidos em seus valores estéticos e históricos – e, recentemente, aos patrimônios imateriais e à paisagem em diversas escalas (unidades intraurbanas e sistemas regionais de paisagem), agregando outros valores (antropológicos e de uso) rumo ao reconhecimento da diversidade cultural – cria novas questões e, portanto, novos desafios ao reconhecimento e à gestão.

A abordagem da paisagem cultural, compreendida como um conceito e uma nova epistemologia do campo e não simplesmente como uma nova categoria de patrimônio, propõe congrega esta pluralidade, considerando a necessidade de superação da fragmentação ainda praticada. Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio deve admitir e promover o constante movimento e as relações complementares entre conceitos e abordagens de diversos campos do conhecimento e suas correspondências no meio físico, seja nos objetos móveis, na edificação ou no território – urbano, rural ou natural. Tal como coloca a Recomendação R(95)9 do Conselho de Ministros da Europa, deve pressupor a ação integrada do planejamento e gestão territoriais com as políticas culturais, ambientais, sociais, e econômicas, conjugando a preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica em não impedir as mudanças, mas em direcioná-las a favor dos patrimônios e, portanto, trabalhar na perspectiva do planejamento e desenvolvimento sustentáveis.

Encampando a provocação proposta pelo IV ENANPARQ, sobretudo no tocante às novas fronteiras de investigação, esta sessão buscará debater as necessárias interfaces e integrações entre a preservação cultural, o projeto de restauro, o planejamento territorial e a participação da sociedade, por meio da atualização conceitual incitada pelo novo paradigma da paisagem cultural. Pretende-se, mediante o debate de pesquisas, estudos de casos e experiências profissionais e de gestão pública, refletir sobre alguns dos atuais desafios das políticas de preservação cultural:

1. O de empreender o reconhecimento e a gestão das paisagens culturais em sua totalidade sistêmica e complexa, superando a fragmentação praticada entre os patrimônios material, imaterial, natural e cultural;
2. Identificar as contraposições entre a patrimonialização de paisagens valoradas como “excepcionais” ou “representativas” e aquelas “ordinárias”, reveladoras de um território culturalmente marcado para além do reconhecimento oficial enquanto patrimônio;
3. O de tratar o patrimônio de forma viva e dinâmica, incluindo os usos, identidades e apropriações, valorizando a relação das comunidades com sua herança coletiva, suas práticas culturais e cotidianas;
4. O de pensar a preservação também pelo seu oposto dialético, a transformação;
5. O de construir um sistema sustentável de gestão, com estruturas que possibilitem o compartilhamento interinstitucional, a transdisciplinaridade, a conjugação de instrumentos e a participação cidadã.

Neste sentido, a sessão selecionará trabalhos que articulem esta abordagem a diversos temas e escalas, seja no âmbito do planejamento urbano e regional, do projeto urbano, do restauro, da educação e da gestão pública.

Coordenadores da sessão: Flavio de Lemos Carsalade, Universidade Federal de Minas Gerais (flavio.carsalade@terra.com.br), e Vanessa Gayego Bello Figueiredo, Universidade Católica de Campinas (vanbello@usp.br).

Pesquisas em áreas de expansão urbana: ação do mercado imobiliário sobre territórios de fragilidade ambiental e vulnerabilidade social

A Sessão Temática tem como objetivo apresentar e discutir experiências voltadas à análise de territórios situados em áreas de expansão e renovação urbana, relacionadas a alterações de legislação, a planos de intervenção urbanística e a investimentos públicos em habitação, educação e mobilidade. Busca integrar pesquisadores que lidam com: morfologia urbana, planejamento, direito urbanístico, avaliação ambiental e cognitiva, espaços livres de edificação ou urbanização, e paisagem, estudados em diferentes escalas ou temporalidades.

O objetivo é construir critérios de análise, buscando estudar os impactos decorrentes de: novos instrumentos de legislação urbanística e de planos de renovação ou requalificação; investimentos públicos em planejamento, habitação, educação e mobilidade, que definem ou redefinem territórios associados a novas centralidades. Como questão central, procura identificar os conflitos e níveis de segregação socioambiental decorrentes desses processos.

A sessão pretende expor e debater estratégias metodológicas, relacionando elementos que estruturam a forma urbana em unidades territoriais distintas e que incluem: aspectos geobiofísicos, legislação urbanística, fluxos socioeconômicos, densidades populacionais, níveis de renda e padrões de ocupação.

Dentre as estratégias a serem debatidas, incluem-se: avaliação de instrumentos normativos e de planejamento, análises morfológicas e cognitivas, simulações urbanísticas e socioambientais relativas a formas de ocupação, a relações com o meio e a aspectos populacionais (domicílios, densidades, níveis de renda, condições de vulnerabilidade).

Como resultados, pretende-se também discutir sobre diretrizes para inovação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à melhoria do processo de planejamento, à qualificação do ambiente e da paisagem e à proposição para melhoria da infraestrutura dos espaços livres de edificação e da forma urbana.

As temáticas de pesquisa que se colocam visam o entendimento de processos observados nas áreas metropolitanas brasileiras, onde não incidem mecanismos institucionais que garantam a elaboração de planos territoriais integrados, mesmo em situações de conurbação ou de bacias hidrográficas e fragmentos vegetais contínuos.

As discussões críticas em pauta se voltam ao questionamento de modelos urbanísticos que se reproduzem de forma nociva, tais como: movimentos de expansão urbana através do parcelamento e infraestrutura paulatina, com construção de unidades individualizadas ou conjuntos habitacionais desprovidos de integração urbanística; verticalização em áreas consolidadas com a sobrecarga da infraestrutura instalada; ampliação do traçado viário e do sistema de transportes públicos sobre áreas frágeis, em especial, fundos de vale, encostas, áreas alagadas e alagáveis.

A falta de um setor público eficaz e equipado no controle do uso e ocupação do solo urbano compromete ainda mais o espaço das cidades brasileiras, pois são aplicados padrões de ocupação que não respondem às características de fragilidade de territórios que sofrem processos de expansão e de vulnerabilidade das populações que nele habitam.

Em resumo, ao problematizar as temáticas acima, a sessão temática busca desenvolver prospecções sobre a relação entre a forma urbana, os espaços livres de edificação e a qualificação da paisagem, verificada em áreas que sofrem processos de transformação ou renovação urbana, decorrentes de decisões e ações quanto a planejamento urbano, investimentos em obras, projetos e eventos de grande porte, valorização imobiliária e formulações normativas sobre a ocupação do solo.

Os tópicos de interesse sugeridos são: experiências de ensino e pesquisa sobre áreas de expansão urbana; gestão urbana, instrumentos de legislação e planos urbanísticos; agentes públicos e privados de transformação dos espaços urbanos; impactos sobre os espaços livres de edificação, sobre a forma urbana e sobre a paisagem.

Coordenadores da sessão: Vera Regina Tângari, Universidade Federal do Rio de Janeiro (vtangari@uol.com.br), e Rogerio Cardeman, Universidade Federal do Rio de Janeiro (r.cardeman@gmail.com).

Pioneiros do urbanismo no Brasil (1890-1930) e suas referências ao ideário internacional

O objetivo desta sessão temática é a compreensão e análise crítica dos trabalhos desenvolvidos pelos pioneiros do urbanismo no Brasil, enfatizando seus projetos e planos propostos e realizados, e as referências ao ideário urbanístico internacional neles presentes.

O período do início da República foi um momento decisivo para a consolidação das práticas urbanísticas no Brasil, dada a necessidade de modernização de muitas das cidades-capitais brasileiras em face da internacionalização da economia, da necessidade de implantação de modernas infraestruturas, sobretudo de transporte, saneamento e energia.

Neste contexto, novos atores entram em cena ao longo das três primeiras décadas do século XX, com destaque para os trabalhos urbanísticos desenvolvidos por engenheiros e arquitetos como Aarão Reis (Plano de Belo Horizonte), Francisco Pereira Passos e Paulo de Frontin (com o plano de modernização urbana para o Rio de Janeiro), Victor da Silva Freire (plano de melhoramentos de São Paulo), Francisco Prestes Maia (Plano de Avenidas SP), Jerônimo Teixeira de Alencar Lima (plano de melhoramentos para Salvador), os irmãos André e Antônio Rebouças (diversos projetos para o Rio de Janeiro), Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (com seus planos sanitários para diversas cidades brasileiras), João Moreira Maciel (plano de melhoramentos de Porto Alegre), Alfredo Lisboa (melhoramentos no centro do Recife), João Moreira Garcez (Curitiba), Manuel Nina Ribeiro (Belém), Teodoro Sampaio (Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo), além da ação urbanística de alguns governadores e prefeitos sem formação técnica especializada, como Antonio Accioly (Fortaleza), Antonio Freire da Silva (Teresina) e Eduardo Ribeiro (Manaus). No âmbito acadêmico foi emblemática a contribuição do prof. Luiz de Anhaia Mello (Escola Politécnica de SP) na divulgação de conceitos, visão crítica dos problemas urbanos e proposições inovadoras. Todos estes profissionais podem ser considerados como pertencentes à primeira geração de urbanistas brasileiros.

O urbanismo moderno, cujas origens remontam ao último quartel do século XIX, foi estabelecendo conceitos, modelos, critérios e uma metodologia para o diagnóstico e as proposições de intervenção nas cidades, dando forma a um ideário, que foi difundido e replicado em muitos países e contextos. Esse ideário, presente na obra de urbanistas pioneiros como Camillo Sitte, Raymond Unwin, Joseph Stübben, Eugène Hénart, Charles Buls, Charles Mulford Robinson, Patrick Geddes e muitos outros, foi divulgado internacionalmente através de livros e manuais, de congressos e exposições, cursos de especialização e também através de periódicos especializados, todos no âmbito europeu e norte-americano.

A difusão deste conhecimento criaria ressonâncias e transferências deste ideário para o contexto sul-americano, pois alguns desses primeiros urbanistas brasileiros participavam desses eventos ou tinham acesso a periódicos e livros em bibliotecas especializadas.

O ideário internacional também esteve presente através da atuação de alguns urbanistas europeus de passagem pelo Brasil, como foi o caso de Barry Parker, responsável pelo projeto de diversos bairros-jardim em São Paulo e do francês Donat-Alfred Agache, renomado urbanista que permaneceu por longos períodos no Brasil, tendo proposto projetos para o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Vitória.

Esta sessão pretende integrar pesquisadores brasileiros que estejam estudando esta temática. Embora uma série de trabalhos relevantes já tenha sido publicada sobre os protagonistas acima mencionados, espera-se que novas contribuições possam aprofundar a compreensão dos paradigmas internacionais que nortearam seus ideários e projetos de intervenção, bem como identificar outros urbanistas pioneiros a serem incluídos neste debate.

Coordenadores da sessão: José Geraldo Simões Junior, Universidade Presbiteriana Mackenzie (jgsimoesjr@gmail.com), e Heliana Angotti Salgueiro, Universidade Presbiteriana Mackenzie (angotti@usp.br).

Políticas públicas para assentamentos urbanos precários na América Latina: percursos e transformações em debate

A política urbana orientada para a melhoria dos assentamentos precários em cidades latino-americanas, nas últimas três décadas, vem acumulando um conjunto de experiências em distintos momentos políticos do continente. Estas surgem fortemente a partir da década de 1990 no marco das políticas de ajuste neoliberal, impulsionadas por organismos internacionais de desenvolvimento (BID Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD Banco Mundial, etc.); momento que contraditoriamente alguns governos locais progressistas, como o caso do Brasil, começam a enfrentar o quadro de desigualdade social e com isso inovar no campo da intervenção urbanística em assentamentos precários e da habitação para os setores populares.

O processo de reformulação da política urbana emerge em parte dos países da América Latina, pautado em novos modelos de desenvolvimento econômico, que agora trilharam o caminho de reforçar o papel do Estado como formulador e financiador das políticas urbanas e sociais. Se por um lado, inaugura-se um novo marco na política urbana com a ampliação dos direitos sociais - como o direito à moradia e à cidade - para enfrentar o ciclo de desigualdade social e da precariedade urbana e habitacional, por outro lado, resta a paralisia e resistência a este outro modelo de desenvolvimento urbano, demonstrando um enraizamento das estruturas político-institucionais.

Atualmente a América Latina está em um novo ponto de inflexão, de forte tensão na relação entre as forças do mercado e a intervenção do Estado na economia. Ao longo das últimas duas décadas e meia, de vai-e-vem de distintas orientações políticas, tem-se formulado diferentes tipos de políticas urbanas e experiências concretas de intervenção em assentamentos precários em cidades latino-americanas. Esta sessão temática pretende gerar um espaço de reflexão sobre estas políticas e intervenções. Pretende tomar como ponto de reflexão o grau de transformações urbanas que estas realizaram ou que procuram realizar, tanto no sentido físico ou material do espaço urbano como na melhoria social da população, relacionando com a integração à cidade e à sociedade, mediante a conquista de novos direitos.

Os trabalhos serão aceitos em diferentes linhas:

1. Base teórica, para refletir sobre os fundamentos conceituais de políticas, programas e projetos implementados em assentamento precários urbanos em diferentes países da América Latina.
2. Caráter empírico, analisar experiências concretas de intervenções em assentamentos precários urbanos na América Latina.
3. Base metodológica, para discutir definições, critérios, indicadores, medidas, ferramentas analíticas, etc. questões de investigação relacionadas.

Pretende-se gerar uma visão sobre o estado da arte da política urbana e intervenção em assentamentos precários em cidades da América Latina - uma visão geral do que tem sido feito até a atualidade - bem como compreender para onde caminham as políticas e intervenções públicas orientadas para o melhoramento dos assentamentos precários.

Coordenadores da sessão: Miguel Ángel Barreto, Universidad Nacional del Nordeste (mabarreto@arnet.com.ar), e Maria de Lourdes Zuquim, Universidade de São Paulo (mlzuquim@usp.br).

Projeto contemporâneo e patrimônio edificado

Um dos maiores desafios contemporâneos no âmbito do projeto de arquitetura é o da intervenção sobre o patrimônio edificado, em suas diversas escalas e níveis, desde a adequação de edifícios monumentais às demandas contemporâneas de segurança, acessibilidade e conforto até a criação de novas edificações em sítios urbanos de valor cultural, passando pela reciclagem e ampliação de edifícios históricos, pela intervenção em ruínas e por outras intervenções que podem ser agrupadas naquilo que Francisco de Gracia denominou de “construir no construído”.

As intervenções projetuais sobre o patrimônio edificado variam não apenas em escalas e níveis, mas também em abordagens, da intervenção mais radical, que descaracteriza o bem patrimonial, àquela mais conservadora, pois, como bem observou Leonardo Benevolo, “‘conservar’ não significa ‘abster-se de intervir’, mas sim ‘intervir de uma certa forma’”.

O objetivo desta Sessão Temática é promover a discussão sobre o pensamento e a prática contemporâneos de intervenção sobre o patrimônio edificado, articulando o campo disciplinar do restauro arquitetônico com aquele do projeto de arquitetura. As propostas de trabalhos poderão abordar o tema geral da sessão a partir de diferentes recortes, dentre os quais (mas não apenas):

1. As relações entre as teorias contemporâneas da restauração e o projeto de intervenção no patrimônio edificado;
2. As relações entre legislação, projeto arquitetônico e patrimônio edificado;
3. Novas edificações em sítios urbanos protegidos;
4. Intervenções em espaços públicos de sítios urbanos protegidos;
5. Planos e projetos urbanísticos para sítios e conjuntos urbanos protegidos;
6. Reuso de edifícios de valor cultural;
7. Ampliações de edifícios monumentais;
8. Intervenções em ruínas de valor cultural.

As propostas de trabalhos não devem se limitar a apresentar um ou mais estudos de caso, mas sim que promovam uma reflexão crítica e articulada sobre aspectos teóricos e práticos da intervenção arquitetônica sobre o patrimônio edificado, em seus limites e especificidades – ainda que para tanto seja necessário lançar mão da análise de exemplos recentes de intervenção.

Esta Sessão Temática propõe dar continuidade ao Simpósio Temático “Projeto e Memória”, promovido no III ENANPARQ, em 2014, sob a coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Baeta, e às discussões sobre as relações entre projeto arquitetônico e patrimônio edificado promovidas em sessões, palestras e mesas redondas durante alguns dos principais eventos da área realizados no Brasil nos últimos anos, como o ArquiMemória 4 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado (Salvador, 2013); o 5º Seminário Docomomo Norte-Nordeste (Fortaleza, 2014), que teve como tema “A intervenção no patrimônio arquitetônico modernista”; e o VII Seminário Projetar (Natal, 2015). Cabe destacar ainda que o tema do 14º Congresso Internacional do Docomomo, que se realizará em Lisboa no próximo mês de setembro, é “Adaptive re-use. The modern movement towards the Future”.

Serão aceitas propostas de trabalhos em português, espanhol ou italiano, tendo como objetivo incorporar contribuições não só do Brasil, mas também de outros países, especialmente da América Latina e de países europeus. Os coordenadores da sessão pretendem, após o IV ENANPARQ, reunir as diversas contribuições selecionadas em uma publicação no formato de livro.

Coordenadores da sessão: Nivaldo Vieira de Andrade Junior, Universidade Federal da Bahia (nivaldo.andrade@ufba.br), e Claudio Varagnoli, Università degli Studi “G. d’Annunzio” Chieti-Pescara (claudio.varagnoli@unich.it).

Projeto digital e fabricação na arquitetura: ensino, pesquisa e desafios

A partir da última década do século XX começam a surgir no cenário arquitetônico projetos com particularidades diferenciadas no sistema de produção. O desenho paramétrico, a fabricação digital, a automação, a aplicação de sistemas responsivos e a possibilidade de simulações tornam-se poderosos instrumentos de inovação tecnológica os quais ainda são capazes de transformar as diretrizes dos atuais processos de representação.

A partir do início do século XXI, soma-se a este fato o acesso facilitado aos equipamentos de ponta, o que tem provocado no ambiente acadêmico uma ainda tímida sucessão de processos experimentais com escopo e capacidade de alterar o discurso arquitetônico e urbanístico da atualidade. O entendimento deste novo ferramental é capaz de modificar processos de representação, modificar a utilização de materiais, modificar o processo produtivo e finalmente modificar o entendimento da forma arquitetônica.

Estes acontecimentos estabelecem um desafio nos sistemas atuais de ensino e pesquisa e nos oferecem os recursos para definir uma nova linguagem da paisagem arquitetônica. Entretanto, verifica-se uma discussão ainda bastante rarefeita de como estes processos podem ser incorporados dentro do ambiente das escolas de arquitetura e urbanismo.

A mesa proposta tem como foco discutir as temáticas cujos tópicos de interesse envolvem as áreas de desenho paramétrico, desenho generativo, fabricação digital, modelagem paramétrica, desenho responsivo, interação humana robótica e ambientes de simulação. Sua relevância justifica-se na medida em que aborda uma temática recente a qual ainda não está plenamente implementada nas escolas de arquitetura e urbanismo. Sua contribuição insere-se no âmbito do ensino e da pesquisa envolvendo processos produtivos de inovação tecnológica e representação digital.

Os tópicos sugeridos de interesse sugeridos são: desenho paramétrico; desenho generativo; fabricação digital; modelagem paramétrica; desenho responsivo; interação humana - robótica; ambientes de simulação.

Coordenadores da sessão: Andrés Passaro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (andrespasaro@gmail.com), e Gonçalo Castro Henriques, Universidade Federal do Rio de Janeiro (gch@x-ref.org).

Projeto urbano e desenvolvimento local: crise e perspectivas para a prática e o conceito

Em um momento de incerteza financeira e programática como o atual, é fundamental o posicionamento de arquitetos e urbanistas sobre as possíveis e atuais relações entre planejamento e projeto do território, na

forma de Projetos Urbanos, e o desenvolvimento de cidades e regiões (MASBOUNGI, 2015). Evidencia-se a questão de como alcançar formas e instrumentos de transformação territoriais duráveis, com recursos escassos.

A mesa abordará a questão contemporânea do Projeto Urbano, no recorte de 1990 a 2016. O objetivo geral é, a partir dessa periodização, pontuar diferenças da noção de Projeto Urbano ao longo de duas décadas e meia, e como veio se posicionando frente ao debate relativo à sua prática e caminhos para concretizar o desenvolvimento nas diversas situações históricas enfatizadas, e nas atuais condições de instabilidade e incerteza socioeconômica e política (ASCHEER, 2010). Ao relativizar a noção e sua prática na situação crítica que o Brasil e o mundo atravessam, diante de uma crise de demanda agregada, da financeirização e aporte de capital transnacional na forma de produtos imobiliários urbanos (ROLNIK, 2015), sinaliza-se a ênfase no atendimento de interesses de agentes privados frente ao planejamento como ação pública, gerida pelo Estado. Nesse contexto, transformações nas políticas habitacionais e fundiárias em diversos países diante da expansão da economia neoliberal global, controlada pelo sistema financeiro, expressam na maior parte das vezes a reprodução de agudas desigualdades socioterritoriais. Diante desse cenário, a mesa tem como objetivo identificar problemas, conflitos e caminhos envolvidos na concepção e prática de Projetos Urbanos nas circunstâncias históricas atuais, sinteticamente apresentadas e problematizadas: o que podem Projetos Urbanos contribuir nos dias de hoje para o desenvolvimento de cidades e regiões metropolitanas?

Espera-se contribuir ao debate do estado da arte atual ao analisar como o pensamento sobre o Projeto Urbano alimentou a prática no recorte proposto. Nos anos de 1990 e 2000, o Projeto Urbano foi definido como instrumento de desenvolvimento local (LUNGO, 2004), como parte de um Planejamento Estratégico (GUELL, 1997) e de ações de City Marketing pautadas pela competitividade urbana (COMPANS, 2005). Uma conduta empresarial do urbanismo enfatizou a geração de recursos de sobrevalorização da terra urbana e resgate desta para retornar ao território, impulsionando seu desenvolvimento (HARVEY, 2013). Essa prática de um ideário urbanístico em circulação e possível modelo foi então experimentada na forma de inúmeros Projetos Urbanos, realizados nos Estados Unidos da América, Europa e países latino-americanos, de que o Brasil não foi exceção.

A partir dos anos 2000, nova geração de Projetos Urbanos se propôs a amplificar as relações com a participação cidadã, impulsionando a inclusão social como estratégia, e clamando por relações interdisciplinares para alcançar uma equilibrada distribuição de recursos, atividades e meios de inclusão de populações diretamente afetadas.

Serão cabíveis à discussão temas como a prática de Projetos Urbanos nas atuais circunstâncias históricas no Brasil; formas de captação de recursos e financiamento no âmbito da financeirização, mercado imobiliário e patrimonialismo no Brasil, planejamento como prática de Estado; Projeto Urbano como instrumento de Desenvolvimento Local: a cidade e a região, a urgência ambiental do planejamento e do urbanismo e os Projetos Urbanos; necessidade de superação e crítica do discurso dos anos 1990 e 2000, e debate sobre o conceito de Projeto Urbano nesse período e mais recentemente; Operações Urbanas no Brasil como proposta de transformação e meio para o desenvolvimento local.

Coordenadora da sessão: Eunice Helena Sguizzardi Abascal, Universidade Presbiteriana Mackenzie (eunicehelenabascal@mackenzie.br).

Sobre o papel da caminhada na arquitetura

A sessão tem um objetivo eminentemente metodológico, se propondo a reunir trabalhos que discutam a utilização ou que utilizem a caminhada como método de estudo em arquitetura e no urbanismo. Nessa linha busca-se reunir trabalhos que se proponham a avaliar a qualidade espacial de edificações ou situações espaciais urbanas a partir daquilo que é visto e sentido por quem percorre aquela situação, aquela arquitetura.

A utilização desse modo de apreciação, entendimento e avaliação da arquitetura não é recente. Seria de fato o modo mais direto e natural de desfrute e avaliação espacial utilizado pelo homem, desde os primórdios. No entanto sua utilização de modo sistemático como instrumento de crítica na arquitetura e na arte de um modo geral, é algo que teria início apenas no final do século XIX com os historiadores da arte alemães. Dentre

esses Auguste Schmarsow é reconhecido na literatura como fundador de um novo modo de apreciação da arquitetura como arte espacial. Le Corbusier aprofunda e especifica o movimento do observador na sua promenade architecturale. A caminhada, o passeio arquitetônico, propiciaria ao observador em movimento, a apreciação e o desfrute da qualidade da arquitetura, e especialmente da sua qualidade espacial, somente perceptível através do movimento.

O debate em torno do conceito de qualidade espacial – seu significado e ingredientes – é central nos trabalhos dessa sessão temática. O conceito – análogo aos conceitos de desempenho espacial e de performance espacial - estaria centrado, e parametrado, no modo – adequado ou inadequado - como o usuário, o observador, em sua rota, é encaminhado ou, se quisermos, recebido pelo espaço - seja esse um espaço interno privado, seja esse o espaço público. Denominaremos, para efeitos dos procedimentos relacionados a essa sessão temática, o conjunto de procedimentos daí decorrente como o método do observador.

A proposição de uma visão da arquitetura desde o ponto de vista do caminhante é particularmente relevante no atual momento da disciplina; por um lado pelo processo de espetacularização exacerbada verificado de um modo geral na arquitetura contemporânea, tornando frequentemente o uso do espaço, a conveniência, a comodidade, pouco relevantes na equação da espacialidade e, por outro lado, na escala da cidade, pela expansão desenfreada do espaço dedicado ao automóvel trazendo naturalmente, na mesma leva, a hostilidade espacial ao usuário, ao pedestre, especialmente na arquitetura do espaço público.

Espera-se nessa sessão temática trabalhos de três tipos:

1. Artigos sobre situações espaciais de interesse ou problemáticas – tanto na escala da edificação quanto na escala da cidade – e que utilizam a caminhada, e seu registro gráfico e fotográfico, como método de descrição e estudo. Tema sempre de interesse é naturalmente o estudo de edifícios de autoria de arquitetos de prestígio reconhecido e que revelem aspectos peculiares e/ou problemáticos no seu desempenho espacial.
2. Artigos de interesse metodológico; que se proponham a discutir e a elaborar sobre a caminhada, e o método do observador, envolvendo naturalmente relações entre descrições do espaço, do corpo e do movimento, e seu registro gráfico.
3. Artigos com interesse na dimensão teórica do conceito de qualidade espacial, sua abrangência, especificação e potencialidades.

Coordenador da sessão: Douglas Aguiar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (douglasaguiar@ufrgs.br).

Teoria e método em história da arquitetura e da cidade

Iniciado em meados do século XX, o processo de autonomização dos campos da história da arquitetura e da cidade alcança maturidade no Brasil entre os anos 1980 e 1990 com a consolidação de um espaço acadêmico de investigação junto aos programas de pós-graduação do país. Esse processo foi marcado por um duplo movimento. De um lado, o distanciamento da prática projetual, seja pelo desejo de independência e, portanto, da não submissão da reflexão histórica aos ditames do projeto, seja por uma concepção mais ampla da arquitetura e da cidade, entendidas não apenas como saberes e produtos disciplinares, mas como artefatos culturais complexos, atravessados por lógicas e disputas diversas. De outro, também como resultado dessa visão ampliada da arquitetura e da cidade, a aproximação às ciências humanas e, com isso, um maior rigor na definição dos objetos, fontes e métodos de análise. Esse movimento contribuiu significativamente para investigação de outros períodos e personagens, mas também lançou novas luzes em temas e agentes centrais de narrativas historiográficas recorrentes, que puderam então ser refeitas, aprofundadas e/ou acuradas. Apesar da sofisticação dos recortes e das abordagens, parece que ainda é preciso avançar de modo mais sistemático sobre as especificidades dos objetos de estudo da história da arquitetura e da cidade e, dentro delas, sobre questões teórico-metodológicas que orientam essa investigação histórica.

A Sessão Temática Teoria e Método em História da Arquitetura e da Cidade busca, desse modo, reunir pesquisadores interessados em discutir questões teórico-metodológicas pertinentes aos campos da história da arquitetura e da cidade, a partir sobretudo da perspectiva da história cultural e transnacional. Intenta-se com isso privilegiar trabalhos que reflitam sobre as interações entre cidade, arquitetura e sociedade no Brasil, sem perder de vista os diálogos estabelecidos com outros espaços geográficos. Dentro dessa perspectiva, importam aqueles trabalhos que evidenciem a relação sempre dialética entre os problemas históricos por eles formulados e as fontes documentais que sustentaram suas análises. A partir da troca de experiências proposta, a expectativa é a de poder estabelecer um panorama do estado de arte das discussões teórica-metodológicas que vêm se desenrolando no país.

No horizonte de revisão historiográfica sinalizado, uma plêiade de novas fontes documentais passou a interessar os historiadores da arquitetura e da cidade, ao mesmo tempo que fontes tradicionais foram recuperadas à luz de novas perguntas. Nesse movimento, tornou-se claro que para além do discurso autorizado e dos documentos clássicos, como desenhos arquitetônicos ou planos urbanos, outras fontes se tornaram essenciais para constituição da narrativa, a depender dos problemas formulados pela pesquisa. Muitos pesquisadores voltaram-se para arquivos e acervos, e puderam tomar consciência, em muitos casos pela primeira vez, de sua importância, num contexto grave de desinvestimento e desmontagem de algumas instituições fundamentais no país. Pretende-se portanto contribuir também com a reflexão sobre a importância de se constituir e preservar arquivos documentais para a construção das novas narrativas da história da arquitetura e da cidade.

Coordenadoras da sessão: Ana Claudia Veiga de Castro, Universidade de São Paulo (anacvcastro@usp.br), e Joana Mello de Carvalho e Silva, Universidade de São Paulo (joana-mello@usp.br).

Turismo em favelas: novas possibilidades de relações urbanas, sociais e ambientais

O turismo vem sendo um dos mais importantes instrumentos utilizados por entidades governamentais e privadas em ações urbanas ligadas à revitalização e estímulo a áreas degradadas ou que tenham necessidade de maiores estímulos para aumento de renda. São muitos os projetos urbanos que vem utilizando mudanças urbanas e uso de projetos ligados à cultura e ao turismo para valorização de áreas urbanas e sua valorização. Esse processo vem se repetindo em áreas informais, como as favelas e assentamentos irregulares, aonde a necessidade de se buscar a integração econômica e social de áreas informais ao tecido formal vem tendo o estímulo por parte de organismos governamentais, com a implantação de projetos e obras.

A cidade do Rio de Janeiro tem sido um desses casos, em que obras ligadas à mobilidade urbana, como teleféricos, elevadores e mesmo implantação de equipamentos urbanos tradicionais vem sendo utilizados em favelas para criar elementos que possam ser utilizados para o turismo, mas o processo se repete em diversas áreas do país.

A partir do caso da Rocinha, que desde 1992 vem sendo apropriada para o turismo, inicialmente com iniciativas privadas e mais tarde pela própria comunidade, são muitos os exemplos de iniciativas no Rio de Janeiro, que tem servido como estímulo para iniciativas que se espalham pelo mundo, com casos na Índia e África do Sul. Dessa maneira os estudos sobre a relação entre o turismo nas favelas e as mudanças urbanas que essa atividade vem causando têm se revelado de grande importância para e entender essas novas relações urbanas, em um processo de mercadificação das cidades que passa a incluir as favelas.

A possibilidade de se ter um processo mais ligado às comunidades e as mudanças urbanas que isso pode causar relacionando essas atividades ao chamado turismo de base comunitária (TBC), programa do governo federal que estimula atividades ligadas ao turismo e a identidade dessas comunidades, deve ter seus casos estudados em todo o país. Essas intervenções incluem atividades como o crescimento de atividades de hospedagem, como albergues, criação de roteiros ecológicos em áreas de proteção ambiental, contribuindo para a melhoria e proteção de áreas lindeiras a essas comunidades, tanto em morros como em áreas alagadas e em margens de rios, e que através de intervenções ligadas ao turismo poderiam ser recuperadas e utilizadas para aumento de renda dessas populações.

Essa mesa busca reunir pesquisadores ligados à área de arquitetura e urbanismo que tenham pesquisas sobre esse tema, que reúne não somente turismo como habitação, projetos urbanos e turísticos em favelas, projetos ambientais e ligados à criação de percursos ligados às áreas urbanas e ao meio ambiente. O estudo da relação entre o turismo e a arquitetura e o urbanismo, em especial em favelas, deve ser desenvolvido, e é necessário se buscar a troca de conhecimentos entre os que estudam o tema.

Coordenador da sessão: Sergio Moraes Rego Fagerlande, Universidade Federal do Rio de Janeiro (sfagerlande@gmail.com).

Urbanismo sustentável: há um caminho brasileiro?

Nos últimos anos, o “Urbanismo Sustentável” vem se desenhando em pesquisas e experimentações realizadas por teóricos e profissionais de diferentes campos do conhecimento, articulando um diálogo entre as ciências naturais e sociais com as artes e humanidades. Este cruzamento de saberes tem conduzido a, pelo menos, duas grandes vertentes de atuação: a do planejamento urbano, que investiga padrões de urbanização em sinergia com a dinâmica ecológica; e a do desenho urbano, que investe na concepção de projetos resilientes e socialmente mais justos.

Compreender o contexto em que se inserem os estudos e casos práticos é peça fundamental para o aprimoramento de abordagens futuras, quer em forma de políticas urbanas, planos de conjunto, projetos parciais ou diretrizes normativas. Considerando essa premissa, a sessão tem por objetivo refletir sobre o atual estágio de desenvolvimento do urbanismo sustentável no Brasil. O cenário nacional incita diversos questionamentos que podem ser desdobrados em três tópicos abertos à contribuição de artigos científicos: o teórico-conceitual; as experimentações e práticas; os impasses e desafios.

Sobre a problemática teórico-conceitual pairam posicionamentos discordantes. Qual o status científico do urbanismo sustentável? Trata-se de um inovador sistema doutrinário ou um conjunto de teorias independentes, mas complementares? Um modelo original ou simplesmente uma coleção de manuais e guias práticos que relacionam problemas e soluções técnicas? Refere-se a uma nova utopia ou a uma política de conscientização? Representa o mais recente tratado urbanístico ou estaríamos uma vez mais diante de uma proposta de cidade ideal?

Sobre as experimentações e práticas, é preciso averiguar qual a contribuição do urbanismo na formatação de políticas públicas e arranjos de governança que levantam a bandeira da “sustentabilidade urbana”. Também cabe discutir a circulação e difusão de ideias nos meios acadêmicos e profissionais. Seja como transposições ou transferências de modelos, seja como repetições em contexto particulares, essas ideias têm o poder de desenhar e alterar a atuação profissional e se traduzem em inquietações que envolvem as agendas de pesquisa.

Sobre os impasses e desafios, sabe-se que o acirramento dos conflitos socioeconômicos entre interesses especulativos e patrimonialistas intensificam os riscos e neutralizam serviços e mecanismos de proteção ao ambiente. Pode-se questionar qual seria o papel do urbanismo sustentável frente à ação estatal. Teria ele a tendência de ser um complemento da livre ação do mercado e das tendências de desregulação? A eficiência, eficácia e efetividade de suas ações dependeriam fundamentalmente de um Estado interventor centralizado? Há também o problema dos arquitetos-urbanistas que se mostram menos preparados para lidar com o tema e parecem ter perdido o protagonismo da iniciativa para especialistas científicos, organizações internacionais e associações ecológicas. Complementarmente, tem-se o desafio da compartimentação do conhecimento técnico-científico. Como tratar assuntos complexos como desigualdades e vulnerabilidades no ambiente construído sem associar abordagens pluri, inter e transdisciplinares?

As divergências são evidentes diante da heterogeneidade de análises e experiências que pulverizam noções e juízos. A expectativa dessa sessão é, pois, proporcionar um espaço de interlocução entre os pesquisadores, contribuindo para uma convergência de ideias que envolvam teorias e práticas do urbanismo sustentável.

Coordenadores da sessão: José Almir Farias Filho, Universidade Federal do Ceará (josealmirfarias@gmail.com), e Denise Barcellos Pinheiro Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (deniseprm10@gmail.com).

Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios

A Sessão Temática proposta objetiva apresentar contribuições de pesquisadores que examinem os processos contemporâneos da urbanização, em especial a Dispersão Urbana e seus desdobramentos na urbanização brasileira. A pesquisa sobre urbanização dispersa teve início com um projeto temático realizado no LAP/FAU-USP (2005-2008). A partir desse projeto surgiu a rede de pesquisadores que estuda o tema no país.

Observa-se que a urbanização contemporânea assume formas e ritmos surpreendentes, em escala planetária, variando seu conteúdo em diferentes escalas espaciais, apresentando diversidades e particularidades, abarcando os espaços intraurbanos e regionais. A urbanização ampara e reflete as diferentes dimensões da vida social, demonstrando ainda a necessidade de repensarmos as relações entre centro e periferia, em suas múltiplas escalas.

A produção do espaço urbano e seus modos de apropriação passam a ser conduzidos por novos interesses, apoiados sob condições tecnológicas e valores culturais novos, apresentando estruturas sociais e espaciais mais complexas. Observam-se assim profundas transformações nos modos de articulação espacial e temporal, reveladores da reestruturação espacial e das dinâmicas urbanas contemporâneas, que tanto chamam atenção dos pesquisadores e planejadores.

Desse modo, o quadro da urbanização tem demonstrado que as teorias até aqui vigentes, originárias principalmente no urbanismo racionalista, não conseguem lidar com as atuais ocorrências, em que há a formação de novos tecidos urbanos, necessitando a atualização de conceitos, sobretudo no que se refere ao processo de urbanização dispersa.

Esse processo caracteriza-se pelo esgaçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se por um vasto território, com núcleos urbanos separados no espaço por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos entre si e configurando um único sistema urbano. Formam-se assim constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e regiões, com o sistema de vias de transporte inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário intrametropolitano. Ao mesmo tempo, leva à superação dos conceitos de cidade e campo. Modos de vida e consumo metropolitanos são adotados pela população, com maior mobilidade, possibilitando a "regionalização do cotidiano". Entende-se que a dispersão urbana é um processo de caráter geral, não sendo específico de um país (REIS,2007).

No Brasil, a urbanização dispersa pode ser vista como um processo contínuo e crescente, que se mostra reestruturante nas últimas décadas, com mudanças mais visíveis após 1990 (REIS,2006). Grandes projetos regionais, complexos comerciais, culturais e conjuntos urbanísticos residenciais multiplicam-se pelo país, com efeitos sobre os meios físico e social e o patrimônio construído, alterando ainda os núcleos, centralidades e atratividades. Ao mesmo tempo, aumentam as demandas por mobilidade e acessibilidade, equipamentos urbanos e infraestrutura. Esse processo atinge tanto a população de maior renda, quanto os estratos sociais de baixo poder aquisitivo.

O processo de dispersão urbana necessita de respostas teóricas e reflexivas, próprias à proposição científica, bem como proposição de novas políticas urbanas, como um grande desafio para o controle da urbanização, do planejamento e da gestão urbana. Os novos conteúdos urbanos e suas formas espaciais demonstram o amplo desafio que temos diante de nós. Esses são tópicos que devem ser explorados pelos pesquisadores participantes dessa Sessão Temática.

Coordenadores da sessão: Nestor Goulart Reis, Universidade de São Paulo (ngreis@usp.br), e Júlio Cláudio da Gama Bentes, Universidade Federal Fluminense (julio_bentes@vm.uff.br).

Verticalização e materialização das cidades brasileiras

Envolvendo a constituição de uma rede de pesquisa que, desde 2006, estuda o processo de verticalização no Brasil, propõe-se discutir a materialização das cidades por meio do debate que contrapõe transformações espaciais contemporâneas a velhos e novos instrumentos urbanísticos, em especial, planos diretores e zoneamento. Mesmo contando com outras possibilidades de reflexão projetual entreabertas com a

regulamentação da política urbana vigente no país, tal materialização vêm sendo produzida sob um modelo urbano sem urbanidade. Entre as evidências da ausência de projetos urbanos comprometidos com a institucionalização da cidadania, o binômio demolição/construção, resultando na verticalização que continuamente vem destruindo o patrimônio histórico das cidades, está entre as mais flagrantes. Também as transformações recentes dos processos industriais e a chamada reestruturação produtiva disseminam o esvaziamento de áreas urbanas bem equipadas paralelamente à expansão horizontal e ao espraiamento das cidades, incidindo, conseqüentemente, na dilapidação dos recursos naturais.

Em oposição a essa problematização geral, a sessão temática enfatiza a construção da cidade comprometida com a ampliação da oferta habitacional para diversas faixas de renda, a redução da gentrificação, o (re) estabelecimento da mobilidade atenta à crise ambiental contemporânea, à produção de espaços públicos de qualidade aliada à preservação do patrimônio histórico e ao reforço dos núcleos identitários.

Os fatores relacionados ao processo de verticalização e de outras dinâmicas, a exemplo do esvaziamento dos espaços industriais, dos portos, orlas ferroviárias e centros históricos, prenunciam o divórcio da política com a gestão e a dissolução de vínculos e solidariedades historicamente produzidas. Por outro lado, em diálogo opositor à obsolescência produzida pelo mercado global, reforça-se a mediação do projeto como potência socialmente necessária à regeneração de tecidos urbanos bem localizados produzidos com altíssimos custos sociais.

Em síntese, a análise do processo de desenvolvimento urbano e verticalização nas cidades brasileiras em geral demonstra que a materialização do espaço se dá através da regulação e dos desígnios do capital sem a busca efetiva de urbanidade. Dentro desse quadro, interessa conhecer melhor o impacto da verticalização em bairros tradicionais, sua relação com as densidades existentes, com novos espaços públicos e pré-existências e alinhar respostas a partir da análise das condições de produção do bairro. Como mudar a forma de materialização do espaço urbano com sustentabilidade?

A verticalização, a multiplicação do solo urbano, aumentando densidades e colocando mais pessoas usufruindo boas localizações urbanas, pode ser realizada de maneira a incluir urbanidade. Como definir cidade compacta? Como definir urbanidade? A verticalização das cidades produziu cidade compacta? Nesse contexto, qual tipologia traz maior densidade: o edifício vertical ou o tecido tradicional?

As Operações Urbanas e a aplicação da Outorga Onerosa apresentam-se como suficientes para produzir uma cidade compacta evitando o espraiamento do tecido urbano ou mesmo transbordamentos metropolitanos da verticalização? Os processos de reversão da redução de coeficientes tiveram qual impacto nas cidades? Qual a forma urbana resultante e a relação com transformações viárias? Qual a relação entre densidades e verticalização nas cidades brasileiras? Como se dá a materialização do espaço urbano e como é apropriado? Como conferir qualidade e inclusão nas nossas cidades?

Coordenador da sessão: Manoel Lemes da Silva Neto, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (manoel.lemes@puc-campinas.edu.br).

Vida interior

Dentro da proposta do IV Enanparq, de traçar o estado da arte da pesquisa em Arquitetura, esta sessão propõe uma temática que transpassa as fronteiras tradicionalmente abordadas: aquela pertinente ao universo dos espaços internos.

Diferentes aspectos devem ser abordados para que possamos traçar um panorama da produção nesta área: como podemos definir "interior"? Quais seus limites (interno x externo x invólucro) e superposições (Design, Decoração, Arquitetura); qual e como é – se de fato existe - a produção acadêmica que trata do tema? Como o assunto aparece nas Escolas de Arquitetura, nos seus diferentes âmbitos (graduação, pós-graduação, pesquisa)? O que temos de prática profissional nacional de "qualidade"? O "projeto total de arquitetura" ainda existe ou, quando há uma dissociação, como se articulam as partes?

A partir dessas premissas iniciais, chamamos à participação narrativas que abordem estas questões, dentro de um ou mais dos três territórios sugeridos a seguir:

1. Identidades: sobre definições, limites, sobreposições e conflitos;
2. Academia: sobre crítica e teoria; representação; ensino;
3. Práxis: sobre a prática de qualidade.

Coordenadoras da sessão: Marta Peixoto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (marta@martapeixoto.com.br), e Angélica Ponzio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (angelica.ponzio@gmail.com).

Sessão aberta

Os resumos enviados para a sessão aberta serão avaliados pela Comissão Científica do evento. Os trabalhos aprovados para a Sessão Aberta serão aceitos para publicação e apresentação oral (máximo 5 trabalhos). Adicionalmente, serão selecionados dois trabalhos como suplentes. Os suplentes serão aceitos para publicação em anais.

Coordenação da sessão: Comissão Organizadora (enanparq2016@gmail.com).

Comissão Organizadora

Cláudia Costa Cabral PROPUR-UFRGS
Carlos Eduardo Comas PROPUR-UFRGS
Edson da Cunha Mahfuz PROPUR-UFRGS
Sílvio Belmonte de Abreu Filho PROPUR-UFRGS
Marta Peixoto PROPUR-UFRGS/PPGAU-UNIRITTER-MACKENZIE
Andrea Machado PROPUR-UFRGS
Maria Luiza Sanvitto PROPUR-UFRGS
Ana Carolina Pellegrini PROPUR-UFRGS
Daniela Fialho PROPUR-UFRGS
Paulo Edison Belo Reyes PROPUR-UFRGS
Anna Paula Canez PPGAU UNIRITTER-MACKENZIE
Helena Bender PROPUR-UFRGS
Anderson Dall'Alba PROPUR-UFRGS
Rosita Borges dos Santos PROPUR-UFRGS

Informações Adicionais

Site: www.enanparq2016.wordpress.com
Página Facebook: www.facebook.com/enanparq2016

Contato

IV ENANPARQ
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Faculdade de Arquitetura, UFRGS
Rua Sarmento Leite 320, sala 202
Porto Alegre – RS – Brasil – 90050-170
Telefax: (51) 33083485
e-mail: enanparq2016@gmail.com



ANPARQ

PROPUR

UniRitter